



## RELATÓRIO

**Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Douto Procurador Geral, Srs. Conselheiros Substitutos,**

A Constituição do Estado da Paraíba, em seu art. 71, inciso I, seguindo o princípio da simetria, em relação à Constituição Federal, menciona que o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete apreciar as contas de governo prestadas anualmente pelo Governador do Estado mediante parecer prévio que deverá ser elaborado e encaminhado para julgamento pela referida Casa Legislativa.

Nesta oportunidade, examinam-se as contas prestadas pelo Governador do Estado da Paraíba, Exmo. **Sr. João Azevêdo Lins Filho**, durante os períodos de 01/01/2024 a 24/02/2024, 03/03/2024 a 06/11/2024 e de 19/11/2024 a 31/12/2024, o Exmo. Vice-Governador **Sr. Lucas Ribeiro Novais de Araújo**, durante os períodos de 25/02/2024 a 02/03/2024 e 07/11/2024 a 13/11/2024, bem como o Exmo. ex-Governador, **Deputado Adriano César Galdino de Araújo**, no período de 14/11/2024 a 18/11/2024.

O Departamento de Auditoria da Gestão Estadual – DEAGE, após a emissão do Relatório Inicial de Prestação de Contas Anual do Governo do Estado (fls. 6772/7079), citação da Autoridade Responsável, Exmo. **Sr. João Azevêdo Lins Filho**, analisou as defesas apresentadas (fls. 7088/8025 e 8031) e emitiu o Relatório de fls. 8047/8108, com acurado exame de todos os aspectos da administração, observando-se em resumo os seguintes aspectos:

- 1. PLANO PLURIANUAL (PPA):** a **Lei Estadual nº 13.040/2024**, de **15 de janeiro de 2024**, publicada em **16 de janeiro de 2024**, estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2024 a 2027, sem indicação de posteriores modificações.
- 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO):** a **Lei nº 12.736/2023**, de **11 de julho de 2023**, devidamente publicada no DOE de 12 de julho de 2023, estabeleceu as diretrizes orçamentárias para elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 (**Lei nº 13.040/2024**).
- 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA):** a **Lei nº 13.041/2024**, de **15 de janeiro de 2024**, publicada em **16 de janeiro de 2024**, que aprovou o orçamento anual do Estado da Paraíba para o exercício de 2024, estimou uma receita total de **R\$ 19.428.165 mil** e fixou despesa de igual monta, compreendendo: orçamento fiscal de **R\$ 13.310.756 mil**, orçamento da seguridade social, no total de **R\$ 5.610.705 mil** e orçamento de Investimentos, de **R\$ 506.704 mil**.
- Constatou-se a autorização legislativa na Lei Orçamentária Anual (**art. 5º da Lei nº 13.041/2024**) para a **abertura de créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada** no art. 4º do citado diploma legal, correspondendo a **R\$ 5.676.438 mil**. Foram autorizados na **Lei Estadual nº 13.468/2024**, créditos suplementares, no valor de **R\$ 186.500 mil**. Já os créditos especiais, no total de **R\$ 14.980 mil** foram autorizados na **Lei nº 13.330/2024**. Sendo assim, o total dos créditos adicionais autorizados em Lei, no montante de **R\$ 5.877.918 mil**. Informou-se, ainda, que o total dos créditos suplementares abertos foi de **R\$ 5.931.114 mil**.
- 5. RECEITAS:** A receita orçamentária total realizada correspondeu a **R\$ 21.200.634 mil**, composta de Receitas Correntes (**R\$ 20.542.176 mil**) e Receitas de Capital (**R\$ 658.457 mil**), atingindo um percentual de **103,97%** da receita prevista atualizada.
- 6. DESPESAS:** a despesa orçamentária total executada foi de **R\$ 20.086.871 mil**, equivalente a **90,99%** da dotação orçamentária atualizada (**R\$ 22.075.835 mil**). Foram representadas, principalmente, pelas funções Educação (22%), Saúde (17%), Previdência Social (14%) e Segurança Pública (11%).



Proc. TC nº 02.173/25

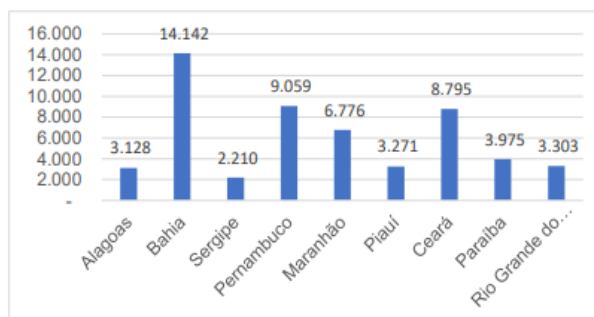
2/36

7. O RREO referente ao 6º bimestre de 2024, apresentado pelo Poder Executivo, foi publicado na edição nº 18.279 do Diário Oficial do Estado, em 29/01/2025, dentro do prazo estabelecido no art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000. Em atendimento ao disposto no art. 48 da mesma Lei (LRF), o Relatório Resumido da Execução Orçamentária também está disponível no Portal da Transparência do Estado.
8. O **Balanco Orçamentário** apresentou uma receita realizada no valor de **R\$ 21.200.634 mil** e despesa executada de **R\$ 20.086.871 mil**, gerando um *superavit* orçamentário de **R\$ 1.113.763 mil** e o **Balanco Financeiro** (consolidado), por seu turno, aponta um saldo para o exercício seguinte que importa em **R\$ 9.430.844 mil**.
9. A execução **extraorçamentária** do exercício resultou superavitária em **R\$ 118.636 mil**, comprovando que os recebimentos foram inferiores ao fluxo de desembolsos não derivados do orçamento.
10. O **Balanco Patrimonial** apontou um *superavit* financeiro de **R\$ 8.253.938 mil**.

## 11. POPULAÇÃO e PIB:

Conforme relatório inicial da Auditoria, utilizando-se os dados do último censo demográfico (2022), o Estado da Paraíba, com um território de 56.585 km², apresenta uma população de aproximadamente **3.975 mil** habitantes, valor que corresponde a **1,96%** da população do país e a **7,27%** da região Nordeste; com tendência de taxa de crescimento descendente.

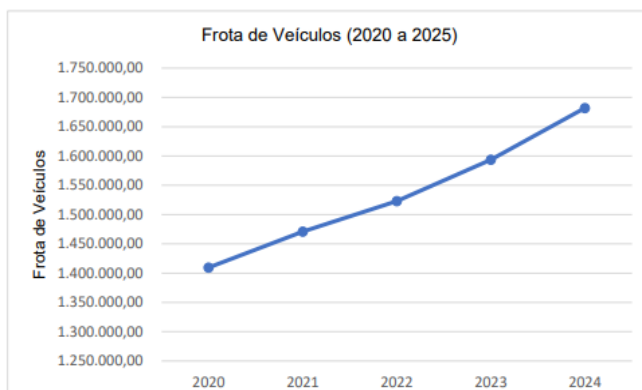
**Gráfico 2.1.1.b - População dos Estados Nordestinos (Censo: 2022)**



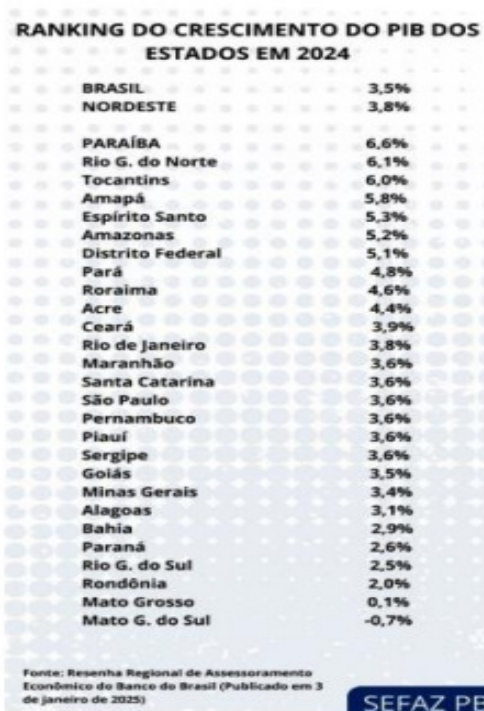
Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria com dados do IBGE<sup>18</sup>

Fonte: Auditoria

Embora a taxa de crescimento populacional apresente tendência de declínio, observa-se, em contrapartida, um crescimento acelerado da frota de veículos no Estado da Paraíba. Em 2024, essa frota alcançou 1.681.969 unidades, o que representa uma taxa de 405,78 veículos para cada 1.000 habitantes. Esse cenário, cuja tendência é de agravamento, evidencia uma possível deficiência na oferta de transporte público, o que contribui para o aumento dos desafios relacionados à mobilidade urbana, sobretudo nas regiões metropolitanas. Ressalte-se que uma crise nessa área afeta diretamente a qualidade de vida da população, além de gerar impactos significativos sobre o meio ambiente e a saúde pública.


**Gráfico 2.1.1.c - Crescimento da Frota de Veículos (2020 a 2025)**

 Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/22/28120?tipo=ranking>; acesso em 06/05/2025

No tocante ao Produto Interno Bruto (PIB), que é a “soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”, segundo dados de um estudo realizado pelo Banco do Brasil, informando o crescimento dos PIB estaduais ao longo de 2024, observa-se:

**Imagem 2.1.2 – Crescimento do PIB dos Estados em 2024**


Fonte: Estudo do Banco do Brasil; disponível em:  
<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202501/estados-do-nordeste-registram-maiores-taxas-de-crescimento-do-pib-em-2024-indice-da-regiao-supera-media-nacional>; acesso em 29/05/2025

De acordo com a análise feita pela Unidade Técnica de Instrução, a Paraíba apresentou, ao longo de 2024, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,6%, superando tanto a média nacional (3,5%) quanto a da Região Nordeste (3,8%). A Paraíba registrou o maior crescimento entre todas as unidades da federação.

Proc. TC nº 02.173/254/36

No que se refere ao mercado de trabalho formal, os dados mais recentes evidenciam a evolução do emprego com carteira assinada no Estado. Quanto ao estoque de empregos formais, ressalta-se que, ao final do exercício de 2024, a Paraíba apresentou 514.954 postos com carteira assinada e um saldo de 27.649, segundo dados do Ministério do Trabalho, com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED).

Com base nos dados preliminares, observa-se que o setor da agropecuária foi o único a apresentar retração no estoque de empregos formais, evidenciando que o número de desligamentos superou o de admissões.

## 12. ENDIVIDAMENTO:

A tabela a seguir, elaborada pela Unidade Técnica de Instrução (fls. 6921), apresenta a movimentação contábil da conta Restos a Pagar ao longo do exercício financeiro de 2024, comparando com os valores acumulados em exercícios anteriores.

Tabela 6.2.4.a - Movimentação dos Restos a Pagar no Exercício

Exercício	ADMINISTRAÇÃO DIRETA						ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
	Saldo Anterior	Processados		N/Processados		Saldo Seguinte	Saldo Anterior	Processados		N/Processados		Saldo Seguinte
		Inscr.	Baixa	Inscr.	Baixa			Inscr.	Baixa	Inscr.	Baixa	
Anteriores	559.328	-	95.039	-	299.715	164.574	354.128	20.223			232.777	101.128
2024	-	93.374	-	99.127	-	192.501		17.243			243.824	261.067
Total	559.328	93.374	95.039	99.127	299.715	357.075	354.128	17.243	20.223	243.824	232.777	362.195

### CONSOLIDADO (FISCAL E SEGURIDADE)

Exercício	Saldo Anterior	Processados		Não Processados			Saldo Seguinte	Saldos Seguintes das Adm. Direta e Indireta em relação ao Consolidado		
		Inscr. (a)	Baixa	a/(a+b)	Inscr. (b)	Baixa		Direta	Indireta	Consolidado
Anteriores	913.455	-	115.262			532.492	265.701	22,88%	14,06%	36,94%
2024	-	110.618		24,39%	342.951		453.569	26,76%	36,30%	63,06%
Total	913.455	110.618	115.262	24,39%	342.951	532.492	719.270	49,64%	50,36%	100,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado - Anexo 17; fls. 6221, 6235 e 6302 dos autos

Fonte: Auditoria

Observa-se que houve um **decréscimo de 26,70% no saldo de restos a pagar**, quando se compara o valor observado em 31/12/2023 (R\$ 913.455 mil) com aquele apurado em 31/12/2024 (R\$ 719.270 mil).

De acordo com o relatório inicial da Auditoria (fls. 6924), a tabela a seguir mostra a configuração da dívida fundada consolidada (fiscal e seguridade social) das administrações direta e indireta do Estado no exercício em análise.

Tabela 6.2.5.1.a - Dívida Fundada Consolidada (Fiscal e Seguridade Social) – 2024

DÍVIDA FUNDADA	ADM. DIRETA		ADM. INDIRETA		CONSOLIDADO	
	Valor	AV (%)	Valor	AV (%)	Valor	AV (%)
Interna	7.230.444	90,25%	871.075	100,00%	8.101.519	91,21%
Externa	781.095	9,75%	-	-	781.095	8,79%
TOTAL	8.011.539	100,00%	871.075	100,00%	8.882.614	100,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado – Anexo 16; disponível em:

<https://siaf.cge.pb.gov.br/CGE/jspServMenuPrincipal?opcao=2&EXERCICIO=2024>; acesso em 19/05/2025



Proc. TC nº 02.173/25

5/36

Em relação ao exercício anterior, a dívida fundada consolidada apresentou a seguinte variação:

**Tabela 6.2.5.1.b - Variação da Dívida Fundada do Estado (Fiscal e Seguridade Social) – 2023-2024**

ÂMBITO	DÍVIDA FUNDADA CONSOLIDADA		
	EXERCÍCIO ATUAL (31/12/2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2023)	VARIAÇÃO %
Interna	8.101.519	7.698.884	5,23%
Externa	781.095	515.231	51,60%
<b>TOTAL</b>	<b>8.882.614</b>	<b>8.214.115</b>	<b>8,14%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado – Anexo 16 – anos de 2023 e 2024<sup>108</sup>

**13. INDICADORES DA EDUCAÇÃO:**

De acordo com a análise feita pela Auditoria, segundo informações extraídas do Censo Escolar, no exercício ora analisado, a rede estadual de ensino paraibana possuía um total de 209.813 alunos matriculados. Comparando-se com o exercício anterior, percebe-se, que, em 2024, ocorreu uma redução de 0,49% do número de matrículas da rede estadual.

Entre 2022 e 2024, houve um decréscimo de 9,59% no número de matrículas da rede estadual de ensino, correspondendo, em números absolutos, a uma diminuição de 22.259 matrículas.

Em termos de infraestrutura, segundo a plataforma Novo Qedu da Fundação Lemann (<https://qedu.org.br/uf/25-paraiba>), no ano de 2024, observa-se que só 40% das escolas públicas paraibanas possuíam rede pública de esgoto e 61%, de água tratada (rede pública); somente 30% dispunham de biblioteca, e apenas 9%, de laboratórios de Ciências, vide imagem a seguir:

**Imagem 2.2.1– Infraestrutura das Escolas Paraibanas em 2024**



Fonte: <https://qedu.org.br/uf/25-paraiba>

Fonte: Auditoria

Já em relação às escolas da rede Estadual da Paraíba, em 2024, 41% contavam com laboratório de ciências; 71% possuíam biblioteca; 64% apresentavam rede de esgoto vinculada à rede pública de tratamento e 86% tinham acesso a água tratada (rede pública). Um dado relevante a ser veiculado é que 84% das escolas estaduais paraibanas realizaram coleta periódica de lixo, mas apenas 5% delas encaminharam os resíduos para reciclagem.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB avalia a qualidade da educação básica, com uma edição a cada dois anos, considerando o desempenho dos alunos em português e

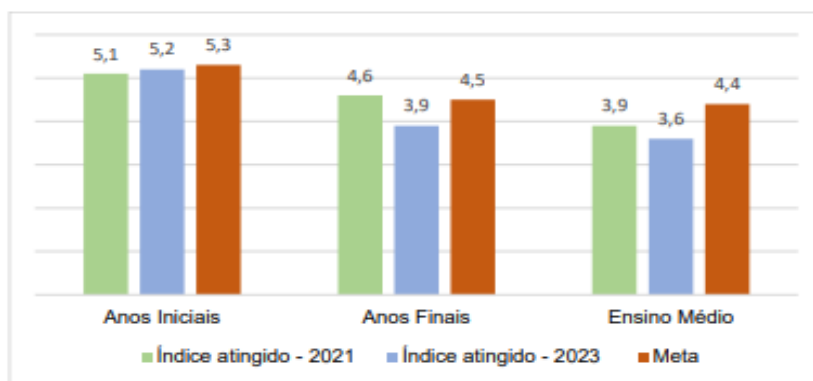


Proc. TC nº 02.173/25

6/36

matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Nesta prestação de contas, serão analisados os resultados do IDEB de 2023 concernentes à rede estadual de ensino.

No que se refere à educação, foram utilizados como fonte de pesquisa o Censo Escolar 2024 - Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Plataforma QEDU, SAEB, entre outros.

**Gráfico 2.2.2 – IDEB da Rede Estadual de Ensino da Paraíba – 2021 e 2023**Fonte: <https://gedu.org.br/brasil/ideb> e Documentos TC 60106/24 e 56111/25

Fonte: Auditoria

Assim sendo, conforme dados extraídos do sítio Qedu, em 2023, a Rede Estadual de Ensino não atingiu a meta estabelecida do IDEB. Além disso, os índices referentes aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio apresentaram queda em comparação ao exercício de 2021.

Recomenda-se, portanto, a adoção de medidas que promovam a melhoria da qualidade do ensino, considerando o não alcance das metas do IDEB nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, assim como no ensino médio da rede estadual.

Ao se comparar o desempenho das escolas estaduais da Paraíba com o das demais unidades da Região Nordeste, observa-se que, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, a Paraíba apresenta o segundo pior índice. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o Estado ocupa a sexta posição, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 2.2.2 b - IDEB da Rede Estadual de Ensino dos Estados da Região Nordeste (NE) - 2023**

Estados da Região NE	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Alagoas	5,5	4,6	4
Bahia	5,1	4	3,7
Ceará	7,7	5,3	4,4
Maranhão	4,1	4,8	3,7
Paraíba	5,2	3,9	3,6
Pernambuco	6,2	4,9	4,5
Piauí	6,4	5,2	4,3
Rio Grande do Norte	5	3,7	3,2
Sergipe	5,3	4,2	3,7

Fonte: <https://gedu.org.br/uf/25-paraiba/ideb>

Fonte: Auditoria

Na Paraíba, em 2024, percebe-se um pequeno decréscimo na taxa de distorção idade série comparando-se com o exercício anterior. No entanto, em relação à média nacional e à região Nordeste, constata-se que, no exercício em análise, a Paraíba apresenta uma taxa de distorção idade-série superior tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio, conforme detalhado:



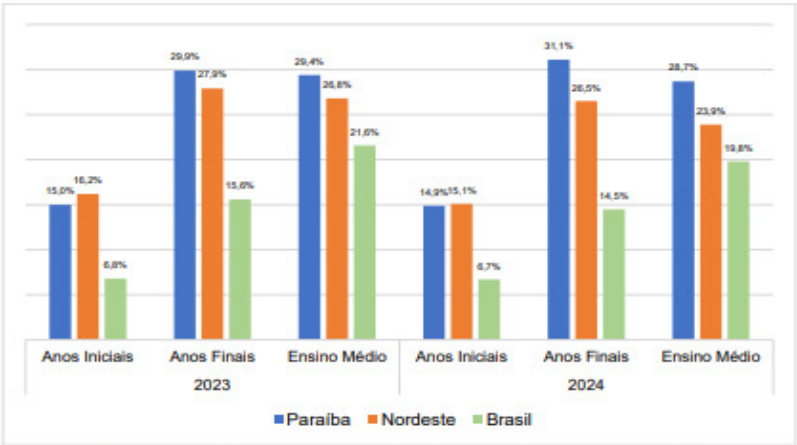
Tabela 2.2.3 Taxa de Distorção Idade Série 2023/2024

Unidade Geográfica	2023			2024		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Paraíba	15,0%	29,9%	29,4%	14,9%	31,1%	28,7%
Nordeste	16,2%	27,9%	26,8%	15,1%	26,5%	23,9%
Brasil	6,8%	15,6%	21,6%	6,7%	14,5%	19,8%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

Fonte: Auditoria

Gráfico 2.2.3 – Taxa de Distorção Idade-Série da Rede Estadual de Ensino da Paraíba – 2024/2023



Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

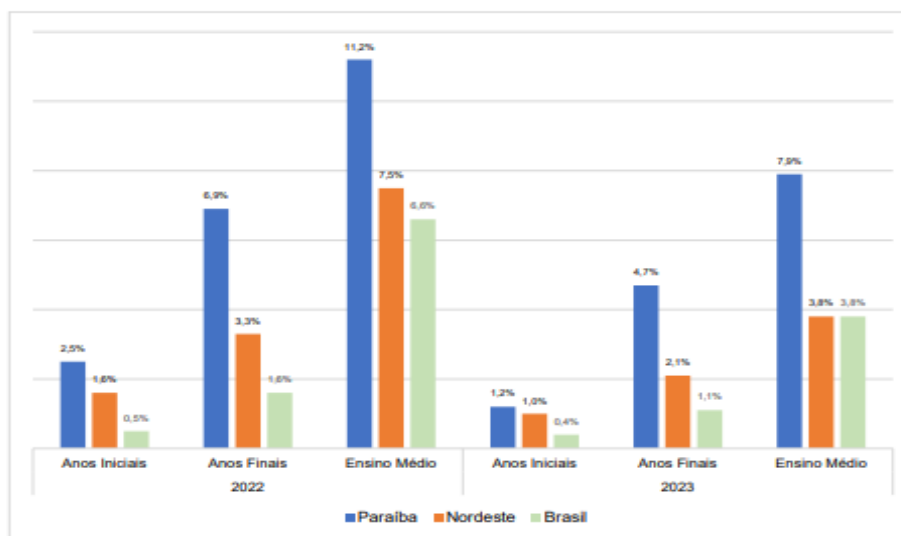
Fonte: Auditoria

A tabela a seguir sintetiza as taxas de abandono da rede estadual de ensino nos exercícios de 2022 e 2023 (últimos dados registrados):


**Tabela 2.2.4 a – Taxa de Abandono da Rede Estadual de Ensino - 2022/2023**

Unidade Geográfica	2022			2023		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Paraíba	2,5%	6,9%	11,2%	1,2%	4,7%	7,9%
Nordeste	1,6%	3,3%	7,5%	1,0%	2,1%	3,8%
Brasil	0,5%	1,6%	6,6%	0,4%	1,1%	3,8%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>

**Gráfico 2.2.4 a – Taxa de Abandono da Rede Estadual de Ensino – 2022/2023**


Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>

Fonte: Auditoria

Em que pese uma diminuição dos índices da taxa de abandono da rede estadual de ensino da Paraíba, em comparação ao exercício de 2022, percebe-se que, tanto no ensino fundamental (anos iniciais e finais) como no ensino médio, ela supera a média da região Nordeste e a média nacional, conforme dados disponibilizados pelo Inep.

A tabela a seguir apresenta as taxas de aprovação da rede estadual de ensino referentes aos exercícios de 2022 e 2023, correspondendo aos dados mais recentes disponíveis.





Proc. TC nº 02.173/25

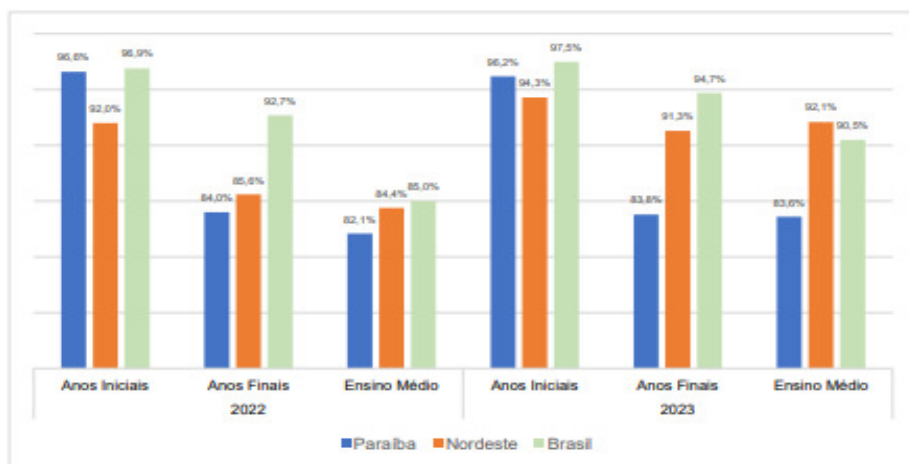
9/36

Tabela 2.2.4 b – Taxa de Aprovação da Rede Estadual de Ensino – 2022/2023

Unidade Geográfica	2022			2023		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Paraíba	96,6%	84,0%	82,1%	96,2%	83,8%	83,6%
Nordeste	92,0%	85,6%	84,4%	94,3%	91,3%	92,1%
Brasil	96,9%	92,7%	85,0%	97,5%	94,7%	90,5%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>

Gráfico 2.2.4 b – Taxa de Aprovação da Rede Estadual de Ensino – 2022/2023



Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>

Fonte: Auditoria

Como se pode verificar, a taxa de aprovação da rede estadual de ensino da Paraíba no ensino fundamental (anos finais) e no ensino médio está abaixo da região Nordeste e da média do país.

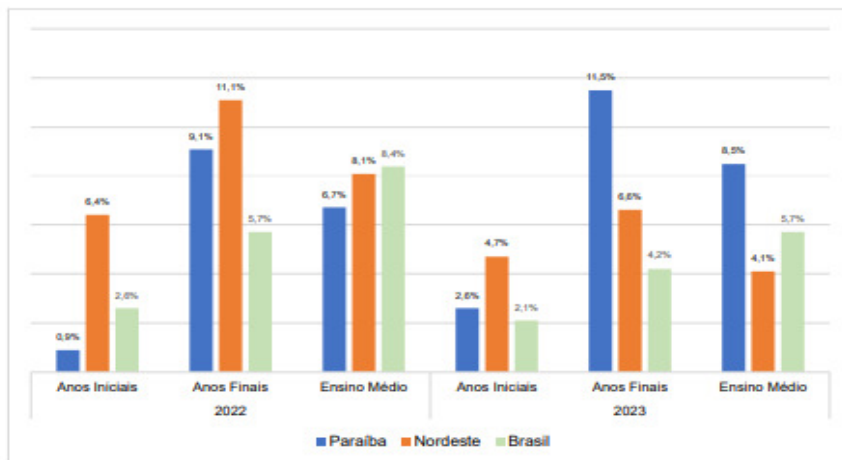
Já a Taxa de Reprovação é um indicador que evidencia o percentual de alunos que não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da série. A tabela a seguir expõe as taxas de reprovação da rede estadual de ensino nos exercícios de 2022 e de 2023 (últimos dados registrados).

Tabela 2.2.4 c – Taxa de Reprovação da Rede Estadual de Ensino – 2022/2023

Unidade Geográfica	2022			2023		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Paraíba	0,9%	9,1%	6,7%	2,6%	11,5%	8,5%
Nordeste	6,4%	11,1%	8,1%	4,7%	6,6%	4,1%
Brasil	2,6%	5,7%	8,4%	2,1%	4,2%	5,7%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>

Fonte: Auditoria

Proc. TC nº 02.173/2510/36**Gráfico 2.2.4 c – Taxa de Reprovação da Rede Estadual de Ensino – 2022/2023**Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>

Fonte: Auditoria

**14. PESSOAL:**

De acordo com a Auditoria, a Tabela 9.2.1.2.a demonstra os valores da despesa com pessoal, no período de janeiro a dezembro de 2024, e exibe os limites legal, prudencial e de alerta para a despesa em estudo. Ela foi apurada com fulcro no estabelecido no Art. 19, § 1º, inciso I, II, III, IV da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF), cuja metodologia encontra-se disciplinada no MDF 14ª Edição.

**Tabela 9.2.1.2.a - Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo – 2024 – STN (MDF 14ª Edição)**

Em R\$ mil	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR APURADO
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>10.547.712</b>
Pessoal Ativo	7.009.671
Pessoal Inativo e Pensionista	3.267.833
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-
Bolsas de Desempenho	34
Férias e Licenças Não Gozadas	3.912
Fundação Paraibana de Gestão em Saúde	266.262
Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31/12/2023	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>1.158.440</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.796
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao de Apuração	4.012
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao de Apuração	115.974
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	958.396
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	
Parcela Dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	74.262
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>9.389.272</b>



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.892.083
DESPESA TOTAL COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RCL (V) = (III/IV) * 100%	49,70%
LIMITE MÁXIMO (art. 20, Incisos I, II e III da LRF)	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, parágrafo único da LRF)	46,55%
LIMITE DE ALERTA (art. 59, § 1º, inciso II da LRF) -	44,10%

Fonte: SIAF, SAGRES e Documentos TC 60675/25, 60613/25, 60586/25, 58689/25, 60692/25, 59397/25, 59395/25, 60718/25, 61222/25

Fonte: Auditoria

Frisa-se que, pela apuração da Auditoria na tabela 9.2.1.2.a, o Poder Executivo do Estado da Paraíba apresentou um total de despesa com pessoal na ordem de 49,70% da RCL em 2024, ultrapassando o limite legal definido no art. 20, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como forma de resumo dos limites de pessoal do Poder Executivo e dos demais poderes, a tabela abaixo expõe os percentuais das despesas com pessoal frente à receita corrente líquida do ente, calculados com base no MDF 14ª Edição, utilizando-se dados obtidos via SIAF para todos os Poderes e Órgãos Independentes.

Tabela 9.2.1.3 – Percentuais dos Limites das Despesas com Pessoal – MDF

Em R\$ 1 mil			
PODER OU ÓRGÃO INDEPENDENTE	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL STN – MDF 14ª EDIÇÃO)	RAZÃO DESPESA DE PESSOAL / RCL (STN – MDF 14ª EDIÇÃO)	SITUAÇÃO CONFORME PREVISÃO DOS ARTS. 19 E 20 DA LRF
PODER EXECUTIVO*	9.389.272	49,70%	Excedido o Limite Legal
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	363.257	1,92%	Excedido o Limite Prudencial
TRIBUNAL DE CONTAS	179.207	0,95%	No Limite de Alerta
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	841.033	4,45%	Regular
MINISTÉRIO PÚBLICO	328.784	1,74%	Regular
ENTE PÚBLICO CONSOLIDADO	11.101.553	58,76%	Excedido o Limite Prudencial

Fonte: Documento TC 60692/25.

Fonte: Auditoria

Proc. TC nº 02.173/2512/36**15. APLICAÇÕES NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE):**

a Auditoria (fls. 6953/6954) apurou o resultado de **R\$ 4.445.935 mil** em despesas consideradas para fins de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o que representa **25,19%** da receita líquida de impostos e transferências, **atingindo** o limite mínimo de 25% exigido no Art. 212 da Constituição Federal, cujo limite mínimo é de 25%. Segundo a Auditoria (fls. 6955), ao considerar a inclusão dos dispêndios com a UEPB, como vem ocorrendo nos exercícios prévios, para efeito do cálculo do disposto constitucional do art. 212, tem-se que as despesas com a MDE passam ao total de R\$ 4.828.986 mil (R\$ 4.445.935 mil + 383.170 mil (total empenhado com a UEPB) – 119 mil (cancelamento de restos a pagar referentes a gastos com a UEPB)), valor que corresponde ao percentual de **27,36%** da Receita Líquida de Impostos e Transferências – **superior** ao limite constitucional mínimo de 25,00%.

**16. APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (RVM):**

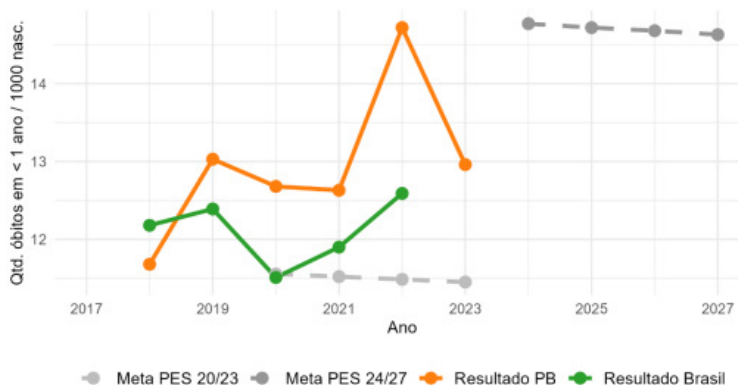
de acordo com a instrução inicial (fls. 6957/6958), no exercício de 2024, o valor efetivamente aplicado na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica foi de **R\$ 1.194.050 mil**, representando o percentual de **71,05%** dos recursos do FUNDEB, atendendo ao limite constitucional contemplado no art. 212-A, inciso XI.

**17. INDICADORES DA SAÚDE:** a Auditoria reuniu dois conjuntos de indicadores da saúde. O primeiro consiste em uma amostra extraída do Plano Estadual de Saúde (PES) referente ao período da 2024 a 2027, enquanto o segundo compreende métricas selecionadas do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Nessa oportunidade iremos comentar apenas alguns deles:

**17.1. Taxa de Mortalidade Infantil**

O Plano Estadual de Saúde da Paraíba fixou como meta a redução do índice de mortalidade infantil em 1,2% até 2027. Partindo da referência de 14,81 mortes por 1000 nascidos vivos em 2022, o objetivo paraibano será alcançar uma taxa de 14,63 óbitos em menores de 1 ano de idade a cada 1000 nascidos vivos até 2027.

A análise do gráfico abaixo, a seguir indica que o ano de 2022, tomado como referência no PES, apresentou um valor atípico, destoando significativamente da média nacional. Como consequência, a meta estabelecida no Plano Estadual de Saúde vigente resultou significativamente superior à da versão anterior. Embora o resultado de 2024 ainda não esteja disponível, a leitura da série histórica recente sugere que a meta deveria ser revista, de modo a se alinhar mais à ambição da Meta 3.2 dos ODS, conforme enunciada para o Brasil.

**Gráfico 2.3.1.5 - Mortalidade Infantil**

Fonte: Resultado PB - Informado pela Secretaria de Estado da Saúde (Doc. TC nº 43445/25)  
Resultado Brasil - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/39/30279?indicador=30279&localidade=1&tipo=grafico>  
Meta PES 20/23 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2020/2023, Capítulo 7 e Anexo A.  
Meta PES 24/27 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2024/2027, Capítulo 10 e Anexo A.



Proc. TC nº 02.173/25

13/36

Fonte: Auditoria

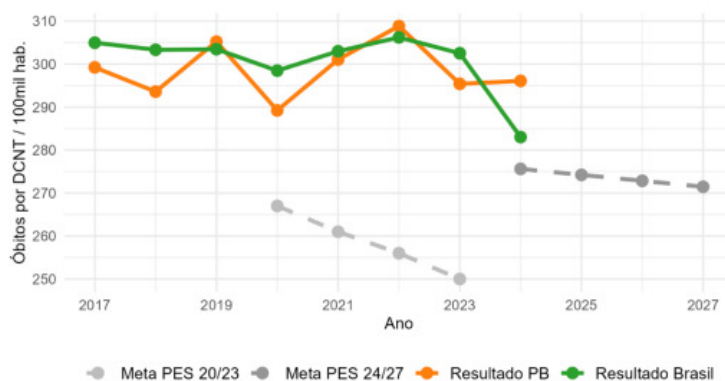
## 17.2. Taxa de Mortalidade Prematura (de 30 a 69 anos) em decorrência das Quatro Principais DCNT

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) compreendem um conjunto de enfermidades caracterizadas por longos períodos de evolução e decorrem de múltiplos fatores de risco, como tabagismo, alcoolismo, sedentarismo e dieta inadequada. Dentre as principais DCNT encontram-se as Doenças do Aparelho Circulatório, Doenças do Aparelho Respiratório, Diabetes Mellitus e neoplasias.

O acompanhamento das DCNT é importante para direcionar as políticas públicas de saúde voltadas à modificação dos fatores de risco supracitados bem como para subsidiar a organização dos serviços de saúde ofertados à população, em especial da Atenção Primária.

Em dissonância com esse compromisso global, a meta estabelecida pelo Plano Estadual de Saúde (PES) mostra-se conservadora. Os dados de 2024 revelam que a Paraíba registrou desempenho ligeiramente inferior ao do ano anterior, movimento inverso à tendência nacional de expressiva melhora, conforme demonstrado no Gráfico a seguir apresentado.

**Gráfico 2.3.1.6 - Mortalidade prematura por DCNT**



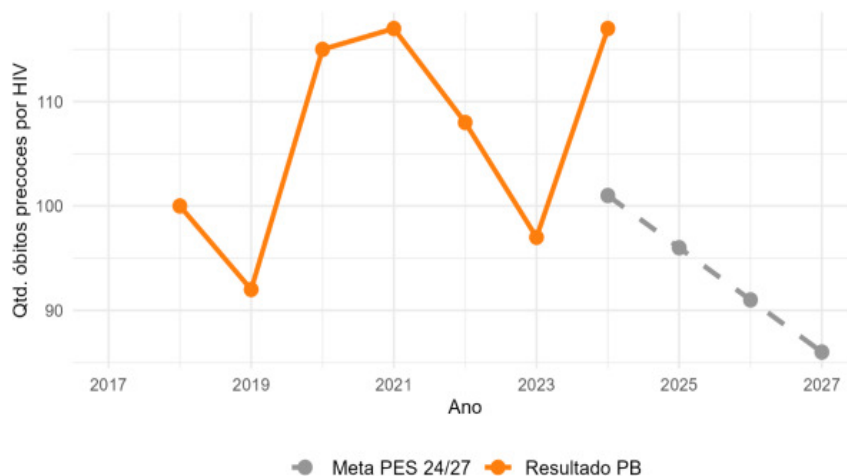
Fonte: Resultado PB - Informado pela Secretaria de Estado da Saúde (Doc. TC nº 43445/25)  
Resultado Brasil - <http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/dcnt/>  
Meta PES 20/23 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2020/2023, Capítulo 7 e Anexo A.  
Meta PES 24/27 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2024/2027, Capítulo 10 e Anexo A.

## 17.3. Número de óbito precoce por HIV ocorrido na população residente na Paraíba, por ano

O indicador de óbitos precoces por HIV expressa a efetividade das políticas de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento da AIDs. A persistência de mortes evitáveis por essa causa pode indicar falhas no acesso aos tratamentos ou na detecção da infecção. A melhora nesse indicador exige, entre outros fatores, acesso tempestivo a exames, a medicamentos de uso contínuo, mas depende, sobretudo, do enfrentamento ao estigma que pode inibir a procura pelos serviços de saúde.

Na Paraíba o número de óbitos precoces por HIV voltou a crescer em 2024, totalizando 117 mortes, a mesma quantidade registrada em 2021. Estes foram os valores mais elevados desde 2018, como ilustrado no Gráfico 2.3.1.7, a seguir. A leitura da série histórica sugere que há uma leve tendência de piora no resultado desse indicador, ainda distante da meta estabelecida no Plano Estadual de Saúde.



**Gráfico 2.3.1.7 - Óbitos precoces por HIV**

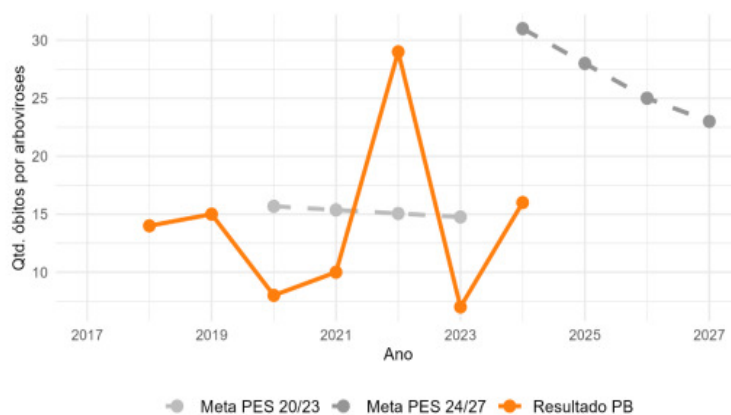
Fonte: Resultado PB - Doc. TC nº 43445/25  
 Meta PES 20/23 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2020/2023, Capítulo 7 e Anexo A.  
 Meta PES 24/27 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2024/2027, Capítulo 10 e Anexo A.

Fonte: Auditoria

#### 17.4. Número Absoluto de Óbitos por Arbovirose (Dengue, Zika e Chikungunya)

Ainda em torno da Meta 3.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, convém examinar o número de óbitos por arboviroses, indicador que, em última instância, reflete a incidência de infecções, a associação com outras condições de saúde preexistentes, a reincidência da doença e a qualidade do tratamento oferecido.

Em 2024, o número absoluto de óbitos por arboviroses mais do que dobrou em relação ao ano anterior, passando de 7 para 16 mortes, conforme dados da Secretaria de Estado da Saúde, representados no gráfico a seguir. Destaca-se, ainda, que o Plano Estadual de Saúde 2024/2027 estabeleceu uma meta muito menos ambiciosa que aquela prevista no plano anterior, distanciando-se do objetivo traçado no ODS 3.3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Gráfico 2.3.1.8 - Óbitos por arbovirose (Dengue, Zika e Chikungunya)**

Fonte: Resultado PB - Doc. TC nº 43445/25  
 Meta PES 20/23 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2020/2023, Capítulo 7 e Anexo A.  
 Meta PES 24/27 - Plano Estadual de Saúde - Paraíba 2024/2027, Capítulo 10 e Anexo A.

Fonte: Auditoria

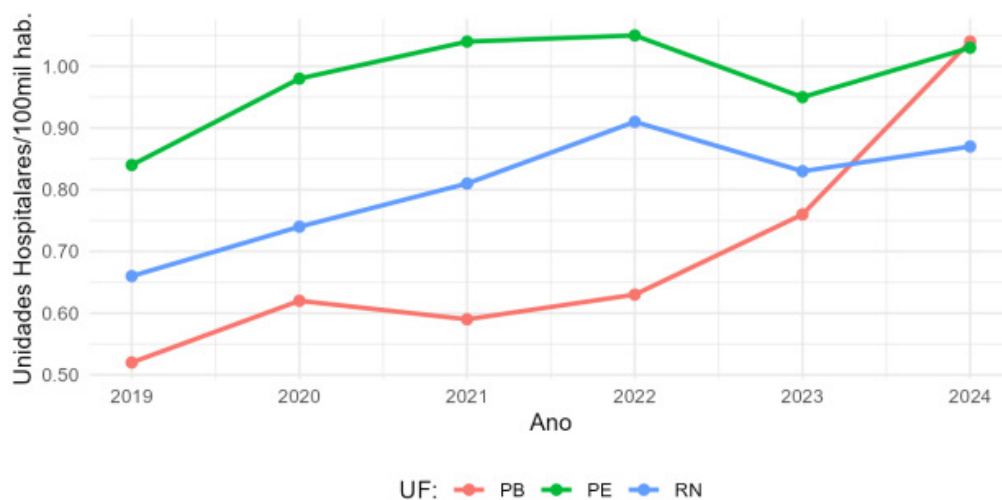




### 17.5. Taxa de Unidades Hospitalares por 100 mil habitantes

Conforme ilustrado no Gráfico 2.3.2.1, a seguir, a taxa de Unidades Hospitalares por 100mil habitantes apresentou um aumento expressivo em 2024, consolidando a tendência de crescimento iniciado em 2022. No exercício em exame, a taxa foi de 1,04 unidades por 100 mil habitantes, superando, pela primeira vez na série histórica considerada, os valores registrados nos estados vizinhos.

**Gráfico 2.3.2.1 - Taxa de Unidades Hospitalares por 100 mil habitantes**



Fonte: CNES | Panorama Geral  
Disponível em <https://elasticnes.saude.gov.br/geral> Acesso em 28/04/2025  
Dados Popacionais: IBGE | Estimativa(2017~2021 e 2024) | Censo(2022) | Projeção(2023)  
Disponíveis em <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm> | Pesquisas->População. Acesso em 28/04/2025.

### 18. INDICADORES DE SANEAMENTO BÁSICO:

No âmbito estadual, foi promulgada a Lei Complementar nº 168/2021, que instituiu as microrregiões de água e esgoto, com o objetivo de promover a universalização desses serviços e atender aos preceitos estabelecidos pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020).

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), 16,90% da população brasileira não possui acesso ao abastecimento de água. Na Paraíba, esse percentual é de aproximadamente 28,20%.

Quanto à coleta de esgoto, 40,30% da população brasileira não são atendidos integralmente; no Estado da Paraíba, esse índice chega a 63,70%, conforme dados referentes ao ano base de 2023.

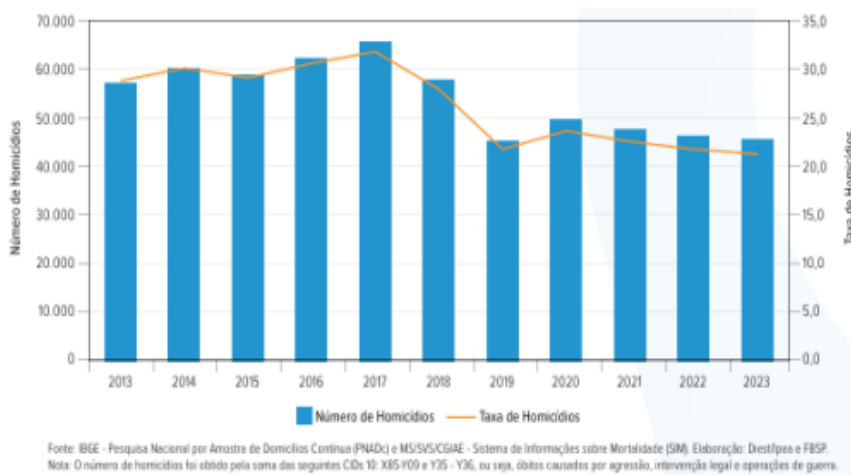
**19. SAÚDE:** as aplicações em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com a Auditoria (fls.6965), perfizeram o total de **R\$ 2.417.857 mil**, representando **13,70%** do total das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais e legais (**R\$ 17.649.945 mil**), atendendo ao regramento contido na **Constituição Federal** (art. 198, §2º, inciso II e §3º) e no art. 6º da **Lei Complementar nº 141/2012**, que é de 12%.

**20. SEGURANÇA PÚBLICA:**

A Segurança Pública consubstancia-se na perspectiva de ser um direito fundamental, o qual “confere ao seu titular prerrogativas que concretizam a garantia da dignidade da pessoa humana, da liberdade e igualdade, estabelecendo um estado de proteção que permite aos cidadãos gozarem de todos os demais direitos assegurados no ordenamento jurídico

De acordo com a Auditoria do Tribunal de Contas, com fulcro nos dados disponíveis à análise, tem-se que, entre 2022 e 2023, **houve redução de 2,3% na taxa de homicídio** por 100 mil habitantes no país. Assim, o Brasil atingiu o índice de **21,2%**, tendo sido a menor taxa dos últimos 11 (onze) anos, como pode ser observado por meio da imagem a seguir:

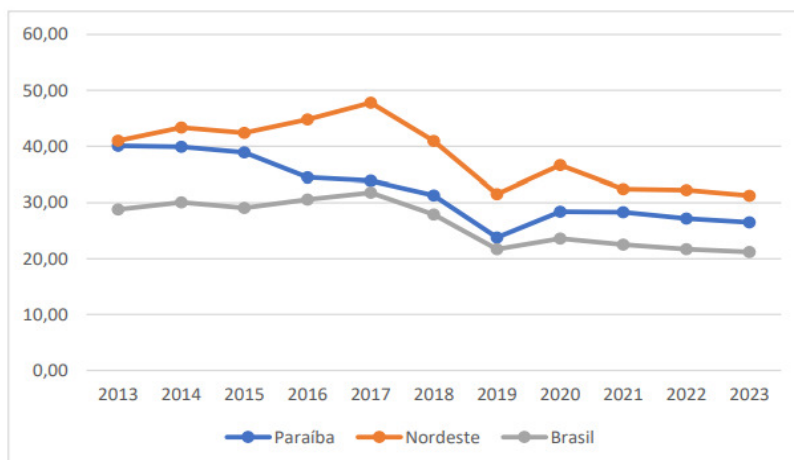
**Imagem 12.2.a – Atlas da Violência – Número e taxa de homicídios registrados por 100 mil habitantes (2013 a 2023)**



Fonte: Atlas da Violência; disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/17165/1/Atlas\\_da\\_Violencia\\_2025.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/17165/1/Atlas_da_Violencia_2025.pdf); acesso em 23/05/2025

**Gráfico 12.2 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes (Brasil/Nordeste/Paraíba)**



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria por meio das informações disponíveis em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/17165/1/Atlas\\_da\\_Violencia\\_2025.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/17165/1/Atlas_da_Violencia_2025.pdf); acesso em 26/05/2025

Fonte: Auditoria

Proc. TC nº 02.173/2517/36

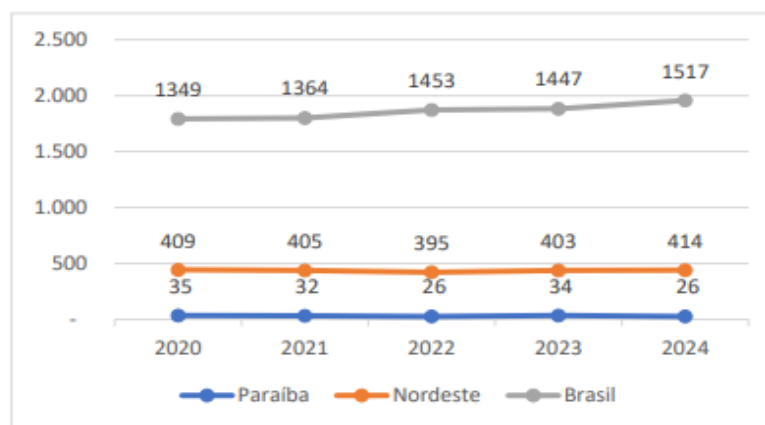
Entre 2013 e 2023, a Paraíba acompanhou a tendência nacional de redução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes, registrando uma queda de **34,20%** no período.

Em 2023, entre os estados do Nordeste, a Paraíba apresentou a terceira menor taxa de homicídios (26,50), ficando atrás apenas do Piauí (20,73) e do Rio Grande do Norte (26,40). Embora esse índice tenha sido superior à média nacional (21,20), manteve-se **abaixo da média da região Nordeste** (31,27%).

Apesar da referida redução da taxa de homicídios, a percepção da criminalidade como principal problema no Brasil aumentou significativamente no referido interstício. Esse contraste pode ser explicado, em parte, pela forma como os crimes são divulgados nas mídias e pelo surgimento de novas modalidades criminosas, como os golpes digitais. A transformação digital, ao expor violências antes invisibilizadas, também contribui para o aumento do medo. Casos como estelionatos após roubos de celulares ilustram esse novo cenário, no qual os prejuízos vão além das perdas materiais imediatas.

No tocante ao número de casos de feminicídio no Estado, foi elaborado o gráfico a seguir a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – já que ainda não foi publicado o Anuário de Segurança Pública da Paraíba concernente ao exercício de 2024:

**Gráfico 12.5 – Número de Casos de Feminicídio (de 2020 a 2024)**



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir da base de dados disponibilizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

<sup>187</sup> Disponível em:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/base-de-dados-e-notas-metodologicas-dos-gestores-estaduais-sinesp-vde-2022-e-2023>; acesso em 27/05/2025

Fonte: Auditoria

Observa-se que a Paraíba apresentou **desempenho positivo** no período de 2020 a 2024: o número de ocorrências no estado passou de 35 casos em 2020 para 26 em 2024, representando uma **redução de aproximadamente 25,7%**, com os menores registros observados nos anos de 2022 e 2024.

Em comparação, o Nordeste manteve-se relativamente estável, variando entre 395 e 414 ocorrências no mesmo período. Já o Brasil, ao contrário, apresentou crescimento contínuo, partindo de 1.349 casos em 2020 para 1.517 em 2024, o que representa um aumento de aproximadamente 12,5%.

Esse resultado positivo, no que tange ao feminicídio no Estado da Paraíba, pode ter sido influenciado pelas ações implementadas pelo Governo Estadual. Nesse sentido, destaca-se o **Indicador Violeta**, uma iniciativa instituída pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesds) com o objetivo de fortalecer o enfrentamento à violência de gênero. O Indicador foi incluído pela primeira vez no Anuário da Segurança Pública e da Defesa Social da Paraíba – edição 2023.



Proc. TC nº 02.173/25

18/36

**21. AUDITORIAS COORDENADAS E OPERACIONAIS:** conforme o relatório inicial da Auditoria, foram realizadas em 2024 as seguintes Auditorias:

**21.1. Auditoria Coordenada na Educação Infantil (nº 01/2024),** realizada em maio/2024, objetivando inspecionar obras de construção de creches do “tipo padrão”, já inspecionadas em 2023, no âmbito do programa Paraíba Primeira Infância. Tais obras são decorrentes de convênios firmados entre os municípios e o Governo do Estado da Paraíba, com recursos envolvidos que somam em torno de R\$ 213 milhões, cujos repasses ocorreram entre janeiro e julho de 2022. No âmbito estadual, a partir da Auditoria Coordenada ora abordada, foi formalizado o Processo de Inspeção Especial de Acompanhamento da Gestão (Processo TC 07333/23). Foram obtidas as seguintes constatações:

- a) Foram inspecionadas 109 obras decorrentes do programa Paraíba Primeira infância;
- b) As obras inspecionadas possuem valor contratado em torno de R\$ 124 milhões, dos quais cerca de R\$ 75 milhões foram pagos;
- c) Apenas 23 creches estão concluídas;
- d) Foram detectadas 28 obras paralisadas e 26 em ritmo muito lento;
- e) 17 das 109 obras apresentaram indícios de incompatibilidade com o projeto básico;
- f) Em 54 obras, há risco alto ou altíssimo de dano ao erário;
- g) Em média, as obras fiscalizadas estão com 74,49% de execução estimada;
- h) Dentre as 23 creches concluídas, 12 estavam em funcionamento;
- i) Foram identificados 14 municípios sem execução dos recursos conveniados

**21.2. Auditoria Coordenada nas Maternidades Públicas (nº 02/2024),** realizada em novembro de 2024, objetivando realizar um diagnóstico das principais maternidades públicas do Estado da Paraíba, sejam essas no âmbito municipal ou estadual, no tocante a diversos pontos essenciais para o seu regular funcionamento.

- a) Foram inspecionadas 19 maternidades públicas, sendo 14 estaduais e 5 municipais;
- b) Uma maternidade municipal, situada em Bayeux, foi encontrada interditada;
- c) As maternidades inspecionadas respondem por cerca de 90% dos nascimentos em maternidades públicas na Paraíba;
- d) Foram realizadas 593 registros fotográficos durante as inspeções;
- e) Dentre as 19 maternidades avaliadas, 14 possuem leitos de UTI em funcionamento e 5 não possuem;
- f) A prevenção e o combate a incêndios se mostrou frágil na maioria das maternidades inspecionada;
- g) Apenas 52,60% das unidades possuem comissão ou comitê hospitalar de óbitos maternos;
- h) Em apenas seis unidades (31,60%) foi constatada a existência de licença da fiscalização sanitária;
- i) Mais de 80% das unidades possuem controle de frequência dos profissionais da saúde;
- j) Em duas maternidades não foram encontrados, simultaneamente, obstetras e anestesistas.

**21.3. Auditoria Operacional (Processo TC 20.369/17):** o processo ora tratado foi formalizado a partir de solicitação do MPJTCEPB, em 2017, porém a sua instrução só foi executada no exercício de 2022, no âmbito do Plano Anual de Trabalho da Rede Integrar de Controle Externo, como Auditoria Operacional, sob coordenação do Tribunal de Contas da Paraíba – TCE-PB, com apoio do TCU, tendo sido realizada com os Tribunais de Contas do **Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e de Sergipe**. O objetivo era examinar, com fulcro na Lei nº 13.153/2015 (Política Nacional de Combate à Desertificação do Semiárido e Mitigação dos Efeitos da Seca - PNCD), as Políticas e/ou Programas de Ação Estaduais com vista ao combate da desertificação e mitigação dos efeitos da seca sobre os mencionados Estados, bem como outras políticas transversais aplicadas na região do Semiárido e do Bioma Caatinga.



Proc. TC nº 02.173/25

19/36

- 21.4. Auditoria Operacional (Processo TC 16.191/21):** o TCE-PB aderiu à auditoria operacional coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), cujo objetivo consistiu na avaliação do Sistema Tributário Nacional com base em padrões internacionais — com ênfase nos tributos sobre o consumo, notadamente nos aspectos relacionados à neutralidade/eficiência e à simplicidade. Foi realizada no período compreendido entre os exercícios de 2021 e 2022, auditoria operacional conduzida pelo Corpo Técnico desta Corte de Contas, no âmbito do **Processo TC 16.191/21**.
- 21.5. Auditoria Operacional (Processo TC 03704/23):** com o objetivo de avaliar a gestão de precatórios no âmbito do Estado da Paraíba, conforme os ditames constitucionais. Recentemente, em 22/09/2025, foi publicada a **Decisão Singular DSPL TC nº 0015/2025**, concedendo prazo de **120 (cento e vinte) dias** ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, **Dr. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**, a fim de que adotasse providências visando o cumprimento das recomendações apontadas na **Resolução RPL TC nº 012/2024**, em relação ao pagamento de precatórios.
- 21.6. Auditoria Operacional (Processo TC 03547/24):** atendendo ao “Convite para Ação Unificada Nacional da Educação – Levantamento no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, encaminhado a esta Corte de Contas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba aderiu à referida iniciativa. O processo tem como objetivo, conhecer os elementos constitutivos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, considerando suas dimensões intersetorial, intergovernamental e extragovernamental, bem como identificar objetos e instrumentos de fiscalização a partir da análise de riscos associados a essa ação governamental. Ademais, destaca-se que tal ação envolve a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEEPB) e as Secretarias Municipais de Educação.
- 22. OBRAS E INSTALAÇÕES:** O Governo do Estado realizou despesas com **obras e instalações**, durante o exercício de 2024, no montante de **R\$ 1.239.473 mil**, cuja origem dos recursos foi estadual, na sua maior parte (**R\$ 1.096.910 mil**), e federal (**R\$ 142.563 mil**). Os gastos com obras públicas no exercício em análise foram 3,44% superiores aos do exercício imediatamente anterior (2023). A seguir, destacam-se algumas importantes obras que vêm sendo executadas pelo Estado da Paraíba e que, por sua vez, estão sendo acompanhadas pela Auditoria desta Corte de Contas: Centro de Convenções de Campina Grande, Hospital de Clínicas de Campina Grande e a Reforma do Antigo Edifício Sede do Paraiban.

## 23. FATOS RELEVANTES

Ao final, a Equipe de Auditoria apontou irregularidades no Relatório Inicial (fls. 7076/7078), em razão das quais, instaurou-se o contraditório e a mais ampla defesa, tendo sido citado o **Governador do Estado da Paraíba, Sr. João Azevêdo Lins Filho**, que apresentou as defesas de fls. 7088/8027 e 8031/8032, tendo a Equipe Técnica analisado (fls. 8104/8108) e concluído por **manter** as seguintes irregularidades:

### I – Irregularidades:

1. A LOA/2024 limitou-se a apresentar “Estimativa de Renúncia de Receita”, não apontando a estimativa de renúncia por “gerência regional”, não dimensionando o impacto destas estimativas de renúncia sobre as despesas e nem segregando por tipo de renúncia (isenções, remissões, subsídios ou outro tipo de benefícios de natureza tributária e/ou creditícia);
2. Não foram localizadas, nos anexos da LOA/2024, as medidas de compensação à renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, em descumprimento à exigência contida na segunda parte do inciso II do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;





Proc. TC nº 02.173/25

20/36

3. Abertura de créditos suplementares em valores superiores aos autorizados por lei;
4. Divergência entre os valores evidenciados no Relatório de Gestão e o levantado pela Auditoria com relação aos créditos adicionais abertos;
5. Balanço Financeiro em desacordo com o MCASP 10ª edição e PCASP;
6. O Governo do Estado está priorizando o Ensino Fundamental em detrimento do Ensino Médio, contrariando aos ditames da Lei Federal nº 9.394/96, em seu art. 10, inciso VI;
7. Quanto aos repasses para o pagamento de precatórios, entende-se que estes foram inferiores (R\$ 527.471 mil) ao devido no exercício de 2024 (R\$ 530.575 mil), em descumprimento à obrigação constitucional;
8. Valor repassado para pagamento de precatórios estaduais (R\$ 527.471 mil) inferior ao valor da despesa empenhada com precatórios no exercício (R\$ 527.693 mil);
9. Ao final de 2024, o resultado primário apresentou-se aquém da meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
10. Cancelamento de Restos a Pagar já processados e não processados liquidados em exercícios anteriores, no valor de R\$ 3.613 mil;
11. Pela apuração da Auditoria, o Poder Executivo do Estado da Paraíba apresentou um total de despesa com pessoal na ordem de 49,70% da RCL em 2024, ultrapassando o limite legal definido no art. 20, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
12. Concessão de bolsa de desempenho via decreto, instrumento normativo inadequado;
13. Pagamento de bolsa de desempenho a pessoal inativo, mesmo não havendo desempenho a ser medido por parte desses servidores;
14. As terceirizações ou contratações por tempo determinado continuam em proporção elevada, e aumentando, contrariando a determinação do item c do Acórdão APL-TC nº 00525/24, e em desacordo com o parâmetro estabelecido no art. 6º da Resolução Normativa RN-TC nº 04/2024, especificamente nas seguintes entidades: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, DER, JUCEP E UEPB;
15. Verificou-se que, em 2024, a Receita Ordinária do Estado atingiu o montante de R\$ 14.342.163 mil. Dessa forma, infere-se que o valor destinado à UEPB, a título de duodécimo, representou o percentual de 2,60% da Receita Ordinária, sendo este inferior àquele aplicado no exercício imediatamente anterior: 2,82% da referida receita;
16. Não cumprimento do Acórdão APL-TC 00457/24;
17. No âmbito da Casa Civil do Governador, ainda não foram implementadas providências efetivas para adequar a proporção de servidores comissionados.

## II – Irregularidades elididas:

1. Houve alteração das metas de resultado primário e nominal da LDO sem demonstração de que ocorreram eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de repercussão imprevisível, após a aprovação da norma;
2. Ausência de repasse no montante de R\$ 37.438,08 ao fundo financeiro e R\$ 1.755.052,16 ao fundo capitalizado

## III - Recomendações:

1. Em relação aos repasses previdenciários, recomenda-se a adoção de maior rigor na apuração dos valores devidos e que, quando necessário, o arredondamento seja sempre efetuado “para cima”, a fim de mitigar a fragilidade do sistema quanto à impossibilidade de registro de frações de centavos;





Proc. TC nº 02.173/25

21/36

2. Recomenda-se que nos próximos exercícios seja assegurada a devida formalização e registro das solicitações de cancelamento de restos a pagar processados, bem como a verificação da regularidade das obrigações inscritas, a fim de evitar ocorrências semelhantes.

*Registra-se que o gestor, ao apresentar suas alegações quanto às irregularidades apontadas pela Auditoria no relatório inicial (fls. 7.071/7.078 dos autos), também trouxe esclarecimentos adicionais acerca das recomendações e observações formuladas pelo Órgão Técnico Auditor em sua análise preliminar.*

*Cumpra destacar, todavia, que as recomendações e observações, diferentemente das irregularidades, não têm por finalidade apontar descumprimentos normativos (ilegalidades), mas sim indicar potenciais oportunidades de aprimoramento da gestão das entidades públicas. Ressalte-se, inclusive, que tais recomendações não impõem a obrigatoriedade de defesa por parte do gestor, mas ensejam reflexões internas por parte do Governo Estadual sobre aspectos que podem ser aperfeiçoados.*

*Dessa forma, a Auditoria não emitirá manifestação quanto às contestações apresentadas em sede de recomendações e observações, permanecendo, entretanto, a prerrogativa deste Órgão Técnico de reiterá-las sempre que verificar possibilidades de melhoria na gestão pública.*

*Ressalte-se, ainda, que, em 29/07/2025, foi juntada aos presentes autos cópia da decisão proferida por meio do Acórdão APL – TC nº 00136/25, no âmbito do Processo TC 03006/23, que trata da Prestação de Contas Anual do Departamento de Estradas de Rodagem, exercício de 2022, a qual contém, entre suas determinações, a transcrita a seguir:*

**DETERMINAR à Auditoria, para proceder a análise da situação do quadro de pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, considerando o constatado no presente feito, no processo de Acompanhamento da Gestão do Governador do Estado, relativo ao exercício de 2024.**

*Nesse contexto, ressalta-se que o referido tema foi abordado no subitem 13.1.1 do relatório inicial e, novamente, examinado na presente análise.*

## 24. PARECER MINISTERIAL

Ao se pronunciar sobre a matéria, o Ministério Público de Contas, através do **Parecer nº 1523/25** (fls. 8111/8157), datado de **30/10/2025**, da lavra do então Procurador-Geral, **Dr. Márcilio Toscano Franca Filho**, teceu, em síntese, as seguintes considerações:

*As Contas de Governo constituem o meio pelo qual, anualmente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos Municipais expressam os resultados da atuação governamental no exercício financeiro a que se referem. Como bem definiu o Superior Tribunal de Justiça (ROMS 11060), são contas globais que “demonstram o retrato da situação das finanças da unidade federativa (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Revelam o cumprir do orçamento, dos planos de governo, dos programas governamentais, demonstram os níveis de endividamento, o atender aos limites de gasto mínimo e máximo previstos no ordenamento jurídico para saúde, educação e gastos com pessoal. Consubstanciam-se, enfim, nos Balanços Gerais prescritos pela Lei nº 4.320/64. Por isso, é que se submetem ao parecer prévio do Tribunal de Contas e ao julgamento pelo Parlamento (art. 71, I c.c 49, IX da CF/88)”.*

*Nesse sentido, a análise das Contas de Governo visa, precipuamente, à avaliação do desempenho dos agentes políticos, notadamente no que concerne aos resultados alcançados na gestão da res publica. Na apreciação técnica empreendida pelas Cortes de Controle, ganha especial relevo o exame dos critérios de eficácia, eficiência e efetividade das ações do Chefe do Poder Executivo, abrangendo inclusive a implementação e a execução das políticas governamentais.*

Com vistas a facilitar a compreensão, a presente manifestação ministerial aproveitará a maioria dos tópicos elencados pela Auditoria no sumário do relatório inicial.



## 2.2.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO ESTADO DA PARAÍBA

### A. Setor de Trabalho, Renda e Desenvolvimento

De acordo com a Auditoria, a taxa de informalidade atingiu **50,15%** em 2024, mantendo-se **11,58 p.p acima da média nacional**. O setor da **Agropecuária** foi o único a apresentar **retração** no estoque de empregos formais. Também houve a indicação de **situação crítica de mobilidade urbana e de transporte** no Estado, com implicações sérias para as regiões metropolitanas.

*Embora o crescimento econômico (6,6%) seja um indicador fiscal positivo, o Gestor não refutou o **déficit estrutural** do mercado de trabalho. Uma **taxa de empregos informais superior a 50%** demonstra que o crescimento é **não inclusivo**, pois metade da força de trabalho opera sem a devida seguridade social.*

*Considerando também que a **retração de empregos formais na Agropecuária** é uma falha preocupante na política de desenvolvimento regional e setorial, indicando que o Estado falha em proteger o setor primário da economia, observa-se que o cenário exige a formulação urgente de políticas de inclusão produtiva para formalizar e qualificar o trabalho, em consonância com o exposto pela d. Auditoria, fls. 6808 (item 2.1.3.3. do Relatório Inicial).*

### B. Educação: Qualidade, Fluxo e Aprendizizado

De acordo com a Auditoria, verificou-se o **não atingimento das metas do IDEB** nos anos iniciais e finais do fundamental, e no ensino médio; Taxa de **distorção idade-série (anos finais e ensino médio)** é **superior, em 2024**, à média nacional e do Nordeste, com necessidade de melhoria na **taxa de rendimento**; **Declínio do número de matrículas** na rede estadual de ensino entre 2022 e 2024.

*O insucesso reiterado, explicitamente verificado no exercício de 2023 – conforme análise técnica demonstrada na figura às fls. 6814 – sinalizou a urgência de o Executivo apresentar um plano de ação e resultados que comprovassem a reversão do quadro. Considerando que 2024, no curso do segundo mandato consecutivo do Gestor, deveria ter sido o ano de elaboração e, possivelmente, execução desse plano, a ausência de tal demonstração aponta para **inércia na gestão de resultados, o que demanda a intervenção corretiva**.*

*Nessa senda, **diante do cenário de deterioração de indicadores**, reitera-se que recaía sobre o Gestor o ônus de ter apresentado, tempestivamente, um **plano de reversão da situação fática**. A constatação de inércia e morosidade na execução das políticas públicas educacionais do Estado compromete o investimento, **ficando sinalizado que os recursos públicos aplicados não estão convergindo para a obtenção dos resultados satisfatórios esperados**.*

### C. SANEAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

De acordo com a Auditoria, **3,1%** da massa de resíduos gerados ainda são destinados a lixões e **1,6%** a aterros controlados.

*A persistência de 4,7% da massa de resíduos disposta em locais irregulares (lixões e aterros controlados, item 2.4), a despeito do avanço na destinação para aterros sanitários, configura **inobservância ao dever legal de implementar a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos** nos prazos estabelecidos pelo Art. 54 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS).*

*Neste contexto, a existência, mesmo que em percentual residual, de disposição irregular de resíduos em território estadual indica que o objetivo de universalização plena proposto pela PNRS **ainda não foi integralmente atingido**.*

*A questão deve demandar atenção da presente gestão, pois sinaliza a **necessidade de maior agilidade ou melhor articulação intergovernamental para alcançar a meta de zero disposição irregular**. Faz-se prudente, assim, recomendar a intensificação dos esforços do Gestor no sentido de dirimir essa lacuna na função de apoio e cooperação técnica. O objetivo é a eliminação completa*



*Proc. TC nº 02.173/25*

*23/36*

*dessas práticas residuais e o consequente cumprimento integral da legislação federal vigente no que tange aos resíduos sólidos.*

## **INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO**

*Quanto às inconsistências na Lei Orçamentária Anual, cumpre registrar que as duas inconsistências apontadas nestes autos, por meio da análise da Auditoria, constituem **reincidência**, conforme se observa nas duas últimas Prestações de Contas Anuais (PCA 2022 - Processo TC nº 2804/23 e PCA 2023 - Processo TC nº 1952/24). Seguem as eivas em epígrafe:*

- A LOA/2024 limitou-se a apresentar “Estimativa de Renúncia de Receita”, não apontando a estimativa de renúncia por “gerência regional”, não dimensionando o impacto destas estimativas de renúncia sobre as despesas e nem segregando por tipo de renúncia (isenções, remissões, subsídios ou outro tipo de benefícios de natureza tributária e/ou creditícia);*
- Não foram localizadas, nos anexos da LOA/2024, as medidas de compensação à renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, em descumprimento à exigência contida na segunda parte do inciso II do art. 5º da Lei Complementar n.º 101/2000;*

*Destarte, considerando a reincidência do cenário irregular e o contido em álbuns processuais que envolvem a matéria em epígrafe, este Órgão Ministerial reitera o posicionamento exarado no parecer da PCA 2023, notadamente: a) **recomendações** traçadas no Relatório de Auditoria Operacional (Processo TC nº 16191/21), considerando as irregularidades aqui constatadas e relacionadas à Renúncia de Receita, com o fim de buscar o aprimoramento do Sistema Tributário no âmbito estadual; (...) b) necessidade de APRECIAÇÃO do **Proc. TC nº 16191/21** (Auditoria Operacional Coordenada em Sistema Tributário) por parte deste Tribunal.*

*Acrescente-se a **aplicação de multa** ao gestor, com fundamento no art. 100, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 192/2024 (LOTCE/PB), dada a transgressão às normas pertinentes.*

*Reitera-se a **imprescindibilidade de cientificar o Governo do Estado** quanto à estrita observância das conclusões e das medidas elencadas no Relatório de Auditoria Operacional (Processo TC nº 16191/21) – e que podem ser observadas, desde já, no âmbito do processo em curso – com o objetivo de promover o **indispensável aprimoramento e conferir maior transparência** ao Sistema Tributário Estadual.*

## **GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

*No que toca às irregularidades relativas à execução orçamentária, foram apontadas pela Auditoria a **Abertura de créditos suplementares em valores superiores aos autorizados por lei e a Divergência entre os valores evidenciados no Relatório de Gestão e o levantado pela Auditoria com relação aos créditos adicionais abertos.***

*Dessa forma, e em plena harmonia com a douta Auditoria, este Parquet entende cabível a **recomendação** à gestão, no sentido de que sejam observados padrões estritos de uniformidade na análise dos dados, de forma que o Relatório de Gestão apresente informações fidedignas, evitando distorções e assegurando o pleno atendimento à legalidade, de forma a atender o princípio orçamentário da clareza. Entende-se ainda que a situação enseja a **cominação de multa pessoal** ao gestor responsável, com fulcro no artigo 100, inciso I, da LOTCE/PB (Lei Complementar Estadual nº 192/2024).*

*Não obstante a inequívoca caracterização da irregularidade pela Auditoria, este Parquet entende que a falha **não possui o condão de macular as contas** do Governo do Estado ora analisadas. Frise-se a **aplicação do Princípio da Materialidade**, pois, em uma análise quantitativa, o montante excedente (R\$ 53.196 mil) representa um percentual residual de **0,91%** do total de créditos adicionais autorizados em lei (R\$ 5.877.918 mil).*

*A relativa baixa expressão numérica da infração demonstra a ausência de essencialidade do vício para o conjunto das contas. Soma-se a isso o fato de o PN-TC-52/2004 possuir seu escopo*



Proc. TC nº 02.173/25

24/36

primário restrito às Prestações de Contas dos Poderes Municipais, o que permite a este Colegiado **mitigar sua aplicação in totum** no julgamento das Contas em epígrafe.

**Dessa forma, a sanção aplicável deve ser modulada, de modo a classificar a falha como RESSALVA nas contas anuais.** Propõe-se que a sanção recaia sobre o gestor com a **cominação de multa pessoal**, acompanhada de **recomendação**, em razão da quebra da estrita legalidade orçamentária, sem que o vício seja elevado ao patamar de irregularidade insanável que justifique o juízo de reprovação.

Ademais, no que concerne à **Divergência entre os valores evidenciados no Relatório de Gestão e o levantado pela Auditoria com relação aos créditos adicionais abertos**, a defesa alegou que a diferença decorre apenas de modalidades distintas de extração de dados e que não gerou qualquer impacto orçamentário ou financeiro.

Não obstante a alegação de ausência de impacto, o **Órgão Técnico reforçou a imprescindibilidade de uniformidade na extração e apresentação dos dados, de modo a garantir a transparência e a fidedignidade das informações prestadas à Corte de Contas.**

Dessa forma, e em **plena harmonia com a douta Auditoria**, este Parquet entende cabível a **recomendação** à gestão, no sentido de que sejam observados padrões estritos de uniformidade na análise dos dados, de forma que o Relatório de Gestão apresente informações fidedignas, evitando distorções e assegurando o pleno atendimento à legalidade, de forma a atender o princípio orçamentário da clareza. Entende-se ainda que a situação enseja a **cominação de multa pessoal** ao gestor responsável, com fulcro no artigo 100, inciso I, da LOTCE/PB (Lei Complementar Estadual nº 192/2024).

De um modo geral, **sobre as duas irregularidades aqui postas, em uma conjuntura de infringência à execução do orçamento, fica clareado o desrespeito ao disposto em normas constitucionais e infraconstitucionais relativas a finanças públicas, além do desrespeito aos princípios orçamentários.**

## **GESTÃO FINANCEIRA**

A Auditoria identificou que **o Balanço Financeiro do exercício foi elaborado em desacordo com a estrutura e as regras de classificação da 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).**

Em sua defesa, o gestor **reconheceu a não conformidade e a atribuiu à complexidade do processo de convergência e à exigência, para fins de automação e ranking da STN, de migrar do PCASP Obrigatório para o PCASP Facultativo.** Argumentou que a publicação tardia da 10ª Edição do MCASP (dezembro/2023, com vigência para 2024) inviabilizou a adequação sistêmica em tempo hábil. A gestão, contudo, **comprometeu-se formalmente a concluir a migração até o exercício de 2025.** (...)

Por esse prisma, este Ministério Público de Contas entende que a **inobservância das diretrizes do MCASP/PCASP configura uma falha de natureza formal e técnica**, a despeito das dificuldades de adaptação. Contudo, o não atendimento a esses padrões **compromete a consolidação nacional das contas e compromete os Princípios Orçamentários da Clareza e da Comparabilidade**, essenciais ao controle e à accountability.

A inobservância de normas federais de caráter cogente configura, em tese, omissão administrativa punível. Contudo, por não se tratar de falha que comprometa o mérito das contas analisadas, **este Parquet opina pela sua classificação como RESSALVA, afastando-se, assim, o enquadramento como irregularidade insanável apta a motivar a reprovação.**

O descumprimento dos preceitos normativos enseja a responsabilização do gestor. Entende-se, assim, que a situação enseja a **cominação de multa pessoal** ao responsável, com fulcro no artigo 100, inciso I, da LOTCE/PB (Lei Complementar Estadual nº 192/2024).

Ademais, é de grande valia ainda o envio de **determinação ao governador**, no sentido de que cumpra o prazo de 2025 para a mencionada regularização contábil e que as futuras prestações de





Proc. TC nº 02.173/25

25/36

contas obedecem rigorosamente à estrutura do Balanço Financeiro elencada no MCASP/PCASP, promovendo o correto detalhamento das informações.

### **GESTÃO PATRIMONIAL**

No que tange aos Restos a Pagar, o Órgão Técnico apontou o **cancelamento indevido de R\$ 3.613 (x mil) em restos a pagar processados** (fl. 6923).

Em sede de defesa (fls. 7116/7117), o Governo do Estado informou que **R\$ 2.329 (x mil) foram cancelados em razão da prescrição quinquenal**, com fundamento no Decreto Federal nº 20.910/1932, e que o montante de **R\$ 1.284 (x mil)** foi anulado a pedido dos ordenadores de despesa das unidades administrativas competentes.

A Auditoria, ao reexaminar a matéria (fls. 8074/8076), considerou juridicamente admissível o cancelamento de **R\$ 2.312 (x mil)**, correspondentes a valores inscritos em 2019 e cancelados em 2024, por força de prescrição quinquenal, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/1932. Entretanto, quanto ao **valor remanescente de R\$ 1.301 (x mil)**, considerou que a justificativa apresentada pela defesa — de que os cancelamentos decorreram de revisões solicitadas pelos ordenadores de despesa, em virtude de erros ou fatos impeditivos ao pagamento — **não foi acompanhada de comprovação documental**. Diante disso, o **Órgão Técnico manteve a irregularidade** relativa ao valor residual.

Do trecho acima depreende-se que **o cancelamento de restos a pagar processados constitui medida excepcional, somente cabível nas hipóteses expressamente previstas em lei**.

À vista do exposto, considero **subsistente a irregularidade no valor de R\$ 1.301 (x mil)**, a qual deve ensejar a **aplicação de multa**, com fundamento no art. 100, inciso I, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (LOTCE/PB), tendo em vista a reincidência da conduta, já consignada na Prestação de Contas Anual de 2023 (Proc. TC nº 1952/24).

### **VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS**

**No que concerne aos valores empenhados com MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**, a Auditoria apontou, na exordial (fls. 6949/6951), que o gestor **priorizou o ensino fundamental (33,20% das despesas em MDE) em detrimento do ensino médio (30,36 % das despesas em MDE)**, contrariando o art. 10, inciso VI, da Lei nº 9.394/96.

Ao compulsar os autos, observa-se que, embora sejam reconhecidos os esforços da gestão na implementação de programas voltados à melhoria do ensino médio, **a posição da Auditoria merece acolhida, especialmente em função da constatação de que há indícios materiais que apontam para o declínio da efetividade da educação do Estado da Paraíba, a exemplo da redução do IDEB de 2023 (3,6) em relação a 2021 (3,9)**.

Portanto, deve a gestão estadual adotar medidas voltadas ao aprofundamento da análise dos fatores determinantes da expressiva redução verificada no indicador de fluxo escolar, **de modo a aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos**, direcionando-os às origens estruturais da queda observada. Tal providência objetiva assegurar que a permanência, progressão e o desenvolvimento continuado dos estudantes no ensino médio da rede estadual ocorram em compasso com a elevação da qualidade da aprendizagem, em conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

**No que pertine às irregularidades envolvendo a GESTÃO DE PRECATÓRIOS no exercício de 2024**, a Auditoria concluiu exordialmente que o limite mínimo exigido, nos termos do art. 101, §1º, incisos I e II, do ADCT, seria de **R\$ 530.575 x mil**, dos quais alegou que apenas **R\$ 527.471 x mil** teriam sido efetivamente repassados pelo Governo do Estado (fl. 41764). Ademais, destacou que o valor transferido também foi inferior à despesa empenhada com precatórios estaduais, no montante de **R\$ 527.693 mil**.



Proc. TC nº 02.173/25

26/36

Em sede de análise de defesa (fls. 8066/8070), a Auditoria destacou que **o limite mínimo deve obedecer estritamente ao que dispõe o art. 101, § 1º, do ADCT, mantendo o critério do cálculo exordial**. Ademais, destacou que as certidões emitidas pelo TJPB se fundaram no mesmo erro de metodologia utilizado pelo Governo do Estado para o cálculo da RCL-base para os repasses. Por fim, ressaltou que **não há comprovação de que houve aproveitamento de saldo do exercício anterior, ressaltando haver falta de transparência e planejamento na gestão de precatórios**.

**Portanto, os critérios adotados pelo Governo do Estado em seu cálculo e pelo TJPB na emissão das certidões não parecem estar de acordo com o comando constitucional.**

Assim, conclui-se que o valor mínimo consolidado para 2024 é, de fato, R\$ 530.575 x mil, conforme memória de cálculo apresentada pela Auditoria às fls. 6981/6982, tendo havido **repasses a menor no montante de R\$ 3.103 x mil**.

Outrossim, **assiste razão ao Órgão Técnico** no tocante ao **repasses inferior** ao montante empenhado, porquanto a justificativa apresentada pela defesa se amparou em mera suposição, sem comprovação documental idônea que a sustentasse.

Diante do exposto, considerando a falha na metodologia adotada pelo Estado para o cálculo dos repasses mensais, **mostra-se adequada a expedição de determinação** para que o Governo Estadual passe a observar o critério previsto no art. 101 do ADCT, utilizando, para cada mês de pagamento, a RCL-base correspondente ao segundo mês anterior.

Por conseguinte, tendo em vista o efeito cumulativo potencialmente danoso decorrente do erro metodológico, **revela-se pertinente a aplicação de multa**, com fundamento no art. 100, inciso I, da Lei Orgânica do TCE/PB, em razão do descumprimento do critério constitucional, especialmente considerando que a falha já havia sido verificada no exercício anterior, circunstância que reforça a necessidade de imposição de penalidade.

### **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

**No que concerne ao atingimento da META DE RESULTADO PRIMÁRIO**, a Auditoria destacou na exordial (fls. 6.991/6.992) que o Governo do Estado apresentou déficit primário de **R\$ 180.182 x mil**, resultado **inferior, portanto, à meta de superávit** fixada no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no montante de **R\$ 163.940 mil**.

Com efeito, é consabido que **o cumprimento das metas de resultado** entre receitas e despesas constitui **corolário de uma gestão fiscal responsável**, conforme preconiza o § 1º do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diante desse contexto, **impõe-se que a administração estadual esteja atenta ao cumprimento das metas fiscais e, não sendo possível atingi-las, que apresente justificativas devidamente fundamentadas**.

No caso vertente, embora seja incontroverso que a gestão estadual não atingiu a meta de resultado primário fixada na LDO — **nem mesmo a meta revisada ao final do exercício pela Lei nº 13.539/2024**, importa ressaltar que **a Dívida Consolidada Líquida do Estado da Paraíba é negativa**, revelando que as disponibilidades do tesouro estadual (R\$ 9.430.844 x mil, fl. 6895) superam o montante da dívida fundada consolidada (R\$ 8.882.614 x mil, fl. 6924). **Considerando que a principal função da meta de resultado primário é justamente assegurar o controle e a sustentabilidade da dívida consolidada líquida**, conforme ressalta o MDF, **há significativa mitigação da gravidade do apontamento técnico**.

Ante o exposto, entendo suficiente a emissão de **recomendação ao Exmo. Governador do Estado**, no sentido de que adote as medidas necessárias ao cumprimento das metas fiscais previstas anualmente na LDO, de modo a **prevenir a evolução futura da dívida pública estadual**.

**No que se refere ao LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL** definido no art. 20, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, na exordial (fls. 7000/7005), a Auditoria indicou que o Governo do Estado atingiu o índice de **49,7%** da Receita Corrente Líquida, **superando o limite máximo de 49%** para o Poder Executivo estadual estabelecido pela LRF.





Proc. TC nº 02.173/25

27/36

Em resposta (fls. 7117/7125), a defesa argumentou que a Auditoria incorreu em erro ao incluir as despesas da Fundação PB Saúde no cálculo do limite de gastos com pessoal, alegando se tratar de fundação pública de direito privado, autônoma e não dependente, criada pela LC Estadual nº 157/2020. Sustenta que a PB Saúde possui receitas próprias e mantém relação com o Estado apenas por meio de contratos de gestão, remunerados conforme o cumprimento de metas e resultados, sem caracterizar terceirização de mão de obra. Assim, alega que suas despesas com pessoal não integram o orçamento nem o limite de despesa com pessoal do Poder Executivo.

Destaca ainda que a Auditoria desconsiderou normas válidas e vigentes, contrariando a Súmula 347 do STF, e que, excluídas as despesas da PB Saúde, o Executivo atingiria 48,29% da RCL, dentro do limite legal.

A Auditoria, em sede de análise de defesa (fls. 8085), reconhece que a Fundação PB Saúde foi instituída pela LC Estadual nº 157/2020 como fundação pública de direito privado, mas ênfatiza que a entidade mantém dependência orçamentária e financeira do Estado, o que a torna dependente nos termos do art. 2º, III, da LRF. Assim, suas despesas com pessoal devem ser consolidadas com as do Poder Executivo, uma vez que são custeadas com recursos públicos e destinadas à execução de políticas estatais de saúde.

Pois bem. O ponto central da controvérsia consiste em definir se as despesas com folha de pagamento da PB Saúde devem ser incluídas no cômputo do limite de despesa com pessoal do Poder Executivo estadual, à luz da LRF e da Constituição Federal.

Como ponto de partida, é relevante destacar que a autonomia administrativa, financeira e patrimonial conferida à PB Saúde pela LC Estadual nº 157/2020 não possui correlação direta com a aferição de dependência da entidade de recursos advindos do seu Ente Instituidor. O exemplo do Laboratório Industrial Farmacêutico do Estado da Paraíba S/A (LIFESA) ilustra bem a questão: embora a entidade também detenha autonomia administrativa, patrimonial e financeira, recebe repasses regulares do Tesouro Estadual para pagamento de pessoal e custeio, o que lhe confere, indiscutivelmente, a condição de dependente. Perceba que a mera forma jurídica privada e autônoma não basta para afastar a dependência do ente instituidor.

Destarte, considero que a mera intermediação de uma entidade pertencente à Administração Indireta do Estado, cujas receitas são exclusivamente ou quase totalmente originadas do ente instituidor – ainda que tal relação seja regida por contrato de gestão, não desnatura a relação de dependência financeira, nos termos definidos pela LRF.

Cumpra destacar, contudo, que a Lei Complementar Estadual nº 157/2020, em seu art. 29, define expressamente a PB Saúde como “Fundação Estatal de Direito Privado não dependente”. Como já visto, a aferição da independência da fundação deve pautar-se no conceito estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo inadmissível que legislação estadual, por mera disposição formal, lhe atribua a condição de entidade independente, desconsiderando o efetivo recebimento de recursos destinados ao pagamento de pessoal ou ao custeio de suas atividades.

Revela-se inequívoco, portanto, que o art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 157/2020, ao atribuir formalmente à PB Saúde o status de não dependente, desconsiderando o contexto fático das receitas que a entidade aufera e a natureza da aplicação de seus recursos, modificou indevidamente, por via oblíqua e de forma sub-reptícia, o próprio conceito de dependência e, por conseguinte, as regras relativas à obrigatoriedade de aplicação da LRF às despesas da PB-Saúde para fins de cálculo do limite de pessoal, já fixadas de forma expressa nos arts. 1º e 2º da norma federal.

Nesse contexto, houve inegável invasão da competência legislativa da União, na medida em que o art. 169 reservou ao legislador complementar federal a regulamentação dos parâmetros, critérios do cálculo de limite de pessoal, regulamentação essa que já foi cumprida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse norte, o afastamento incidental do art. 29 da LC Estadual nº 157/2020 por esta eg. Corte de Contas deve observar o entendimento do STF no MS nº 25.888/DF, que reafirmou a possibilidade de os Tribunais de Contas desconsiderarem a aplicação de normas infraconstitucionais nos casos de violação evidente de dispositivo da Constituição Federal ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.



Proc. TC nº 02.173/25

28/36

*Atendendo a tal diretriz no caso em questão, é oportuno ressaltar que a **inconstitucionalidade formal de atos normativos locais que promovam alteração de parâmetros e/ou conceitos já estabelecidos pela LRF para o cálculo dos limites de despesa com pessoal** já foi objeto de pronunciamento da Suprema Corte, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 69/DF.*

*Assim, conforme decidido pelo STF na ADC nº 69/DF, é **inconstitucional norma estadual ou local que modifique parâmetros ou conceitos definidos pela LRF com vistas à alteração do cálculo do índice de despesa com pessoal, por violação ao art. 169 da CF.** Diante disso, **impõe-se o afastamento incidenter tantum do art. 29 da LC Estadual nº 157/2020**, sob pena de esvaziamento do controle fiscal das despesas de pessoal do Estado da Paraíba – **resultado que seria flagrantemente inconstitucional.***

*À luz do exposto, **reputam-se improcedentes as alegações defensivas. Mostra-se correta, portanto, a inclusão das despesas da Fundação PB Saúde no cálculo do limite de despesa com pessoal do Poder Executivo estadual, nos termos dos arts. 1º, 2º e 20 da LRF e do art. 169 da Constituição Federal.***

*Constatado o índice de 49,7% da Receita Corrente Líquida, impõe-se a **aplicação da penalidade** prevista no art. 100, inciso I, da LOTCE/PB, bem como a **determinação** ao Poder Executivo para **adoção das medidas de ajuste fiscal estabelecidas nos arts. 22 e 23 da LRF**, no sentido de **recondução do índice ao limite legal**, sob pena de avaliação mais gravosa em contas futuras e de aplicação de multa de até 30% dos vencimentos do agente responsável, nos termos do art. 5º, inc. IV, e § 1º da Lei 10.028/2000.*

*Por fim, recomenda-se a remessa de cópia da deliberação à Procuradoria-Geral da República, para eventual propositura de medida de controle concentrado de constitucionalidade em face do art. 29 da LC Estadual nº 157/2020, diante da patente usurpação de competência legislativa federal.*

*Quanto às questões envolvendo a **BOLSA DE DESEMPENHO** (Lei nº 9.383/2011), a Auditoria mais uma vez apontou como irregularidades a concessão de bolsa de desempenho via decreto, instrumento normativo inadequado e o pagamento de bolsa de desempenho a pessoal inativo, mesmo não havendo desempenho a ser medido por parte desses servidores.*

*Acerca da temática em exame, cabe registrar o recente julgado do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0002087-13.2015.8.15.0000, de relatoria do eminente Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho por “**julgar procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade material da Lei Estadual nº 9.383, de 15 de junho de 2011, e, por arrastamento, do Decreto Estadual nº 32.719, de 25 de janeiro de 2012, modulando-se os efeitos da decisão para que opere ex nunc, a partir da data de publicação da ata de julgamento**”.*

*Vale mencionar, por oportuno, que nos autos da PCA/2023 do Governo do Estado (Processo TC 1952/24) – último exercício apreciado, os membros desta Corte determinaram ao Exmo. Sr. Governador do Estado “providências para que o valor da **Bolsa de Desempenho seja estabelecido por meio de Lei**, com o intuito de sanar em definitivo a eiva recorrente em prestações de contas pretéritas.” (Processo TC 01952/24 - item 2.3 (fl. 42118) do Acórdão APL-TC 00179/25).*

*Especificamente no tocante ao **pagamento de bolsa de desempenho a pessoal inativo, mesmo não havendo desempenho a ser medido por parte desses servidores**, o defendente alegou que a Auditoria se equivocou porque o que houve foi a incorporação de valores antes relacionados à Bolsa Desempenho nos vencimentos de servidores ativos, e, como consequência dessa medida, ocorreu a majoração de aposentadorias e pensões dos inativos que gozam de paridade remuneratória.*

*Como pode o Governo do Estado aferir o desempenho de determinada atividade que não foi prestada (pelo servidor inativo ou pensionista)? Foge completamente à lógica o pagamento da aludida verba a pessoas que não compõem o quadro de pessoal ativo do Estado da Paraíba.*

*É, no mínimo, inusitado – para não dizer totalmente irregular e inconstitucional, o pagamento de bolsa de desempenho a quem não exerce atividade, e, por consequência, não tem como ter tal “atividade não exercida” mensurada.*



Proc. TC nº 02.173/25

29/36

O cenário demonstrado merece atenção – principalmente por ocorrer há vários exercícios sem que o Governo do Estado tenha tomado as providências necessárias para regularizar de vez a questão.

No contexto esboçado, entendo que cabe a emissão de recomendação dirigida ao Governador, no sentido de propor as alterações necessárias nas leis especificadas pela Auditoria (e decretos correlatos) que ampliam o pagamento da bolsa de desempenho a inativos e pensionistas – mormente em face do decidido na mencionada ADI nº 0002087-13.2015.8.15.0000, devendo também ser expedido ofício para o Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, para conhecimento e providências de estilo.

### **CUMPRIMENTO DE DECISÕES**

Quanto aos tópicos finais elencados pela Auditoria, relatou-se o **não cumprimento de decisões**:

- (1) As terceirizações ou contratações por tempo determinado continuam em proporção elevada, e aumentando, contrariando a determinação do **item c do Acórdão APL-TC nº 00525/24**, e em desacordo com o parâmetro estabelecido no art. 6º da Resolução Normativa RN-TC nº 04/2024, especificamente nas seguintes entidades: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, DER, JUCEP E UEPB;
- (2) Verificou-se que, em 2024, a Receita Ordinária do Estado atingiu o montante de **R\$ 14.342.163 mil**. Dessa forma, infere-se que o valor destinado à UEPB, a título de duodécimo, representou o percentual de **2,60%** da Receita Ordinária, sendo este inferior àquele aplicado no exercício imediatamente anterior: 2,82% da referida receita;
- (3) Não cumprimento do **Acórdão APL-TC 00457/24**; e
- (4) No âmbito da Casa Civil do Governador, ainda não foram implementadas providências efetivas para adequar a proporção de servidores comissionados.

Como cediço, a situação de pessoal do Estado da Paraíba – especificamente no que toca ao quantitativo dos vínculos precários de contratação – é preocupante, continuando elevada e em crescimento a proporção de terceirizações e contratações por tempo determinado (especificamente na SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, na SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, na SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no DER, na JUCEP e na UEPB), conforme relatado pela Unidade Técnica. Além disso, **ainda não foram implementadas providências efetivas para adequar a proporção de servidores comissionados no âmbito da Casa Civil do Governador.**

Como destacado, o cenário de pessoal do Estado merece um olhar mais aprofundado e atento por parte da gestão estadual, visando minimizar a precarização dos vínculos formalizados pelo Ente e, sobretudo, respeitando-se o instituto do concurso público como regra para a admissão de pessoal.

Logo, impõe-se o envio de recomendação ao Governador nesse sentido, sem prejuízo da aplicação de multa ao gestor em face da não adoção de providências efetivas para diminuir o quantitativo de terceirizados e contratados por tempo determinado, bem como para adequar a proporção de servidores comissionados no âmbito da Casa Civil do Governador.

Quanto à questão envolvendo a UEPB, apesar da falha ter sido consignada pela Auditoria no tópico atinente ao não cumprimento de decisões, na realidade, de acordo com a instrução, o que não tem sido cumprida é a Lei Estadual nº 7.643/2004 (art. 3º, §§ 2º e 3º).



Proc. TC nº 02.173/25

30/36

*Mais uma vez, entendo que a situação merece atenção redobrada, especialmente por se tratar de irregularidade reincidente e em área tão sensível como a educação. Nesse contexto, acosto-me à recomendação exarada pelo Corpo Técnico no sentido da “edição de uma norma que regulamente a Lei nº 7.643/2004, no tocante à definição de um percentual e de sua base de cálculo, de forma clara, com vista à manutenção da autonomia administrativa, financeira e patrimonial da UEPB, indicando a periodicidade de reavaliação desse percentual”, sem prejuízo da aplicação de multa ao gestor por descumprimento da Lei Estadual nº 7.643/2004 (art. 100, I, da Lei Orgânica desta Corte – LC nº 192/2024).*

*Quanto ao não cumprimento do Acórdão APL-TC 00457/24 relatado pela Unidade de Instrução, como a referida decisão colegiada foi publicada em 25/11/2024, entendo não ser razoável exigir a tomada das providências cabíveis no exíguo período de pouco mais de um mês ao longo do exercício examinado, cabendo a verificação do cumprimento da decisão na prestação de contas subsequente.*

*Finalmente, em sintonia com os precedentes desta Corte, opina-se pela emissão de parecer favorável à aprovação com ressalvas das contas de governo do Sr. João Azevêdo Lins Filho, sem prejuízo das determinações e recomendações de estilo, bem como da aplicação de multa por infração às normas legais ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (LOTCE/PB, art. 100, I).*

### 3. CONCLUSÃO:

Ao final, o Parquet opinou:

a) PELA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO APRESENTADAS PELO SR. JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO, Chefe do Poder Executivo da Paraíba ao longo do exercício financeiro de 2024, inobstante as falhas detectadas, bem como À APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO do Vice-Governador, Sr. LUCAS RIBEIRO NOVAIS DE ARAÚJO – que exerceu a Chefia do Executivo no período compreendido entre 25/02 a 02/03/2024 e entre 07/11 e 13/11/2024, e do Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Adriano César Galdino de Araújo – que exerceu a chefia do Executivo entre 14/11 e 18/11/2024.

b) PELA APLICAÇÃO DE MULTAS AO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, nos termos sustentados neste parecer, em face das impropriedades detectadas ao longo de sua gestão em 2024, detalhadas no presente encarte processual – quer pelo não atendimento à legislação de regência (art. 100, inciso I, da LOTCE), quer por descumprimento de decisões desta Corte (art. 100, inciso III, da LOTCE);

c) PELA REPRESENTAÇÃO À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, para que tome as medidas de sua competência, em face de evidente inconstitucionalidade formal verificada no art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 157/2020;

d) PELA BAIXA DE DETERMINAÇÃO AO GOVERNADOR no sentido de que adote como critério de cálculo do valor mínimo mensal a pagar de precatórios aquele disposto no art. 101 do ADCT, utilizando-se, para cada mês de pagamento, a RCL-base apurada para o segundo mês anterior;

e) PELA BAIXA DE DETERMINAÇÃO AO GOVERNADOR no sentido de que adote as medidas previstas nos arts. 22 e 23 da LRF, com vistas à eliminação do excesso de despesa com pessoal do Poder Executivo verificado no exercício de 2024, sob pena de avaliação mais gravosa de contas futuras em que o descumprimento do índice persista, além da aplicação de multa prevista no art. 5º, inc. IV, e seu § 1º, da Lei 10.028/2000;

f) PELA BAIXA DE DETERMINAÇÃO AO GOVERNADOR para que cumpra o prazo por ele mesmo estabelecido (até o exercício de 2025) e, na elaboração das futuras prestações de contas, observe rigorosamente a estrutura e a classificação do Balanço Financeiro e das demais demonstrações





Proc. TC nº 02.173/25

31/36

contábeis, em plena conformidade com os ditames atuais do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), promovendo o correto detalhamento e segregação das informações contábeis.

g) PELO ENVIO DE RECOMENDAÇÕES E CIENTIFICAÇÕES AO GOVERNADOR, no sentido de que:

- g.1) Esteja atento às recomendações/observações traçadas pelo Órgão Auditor no tópico 15.2 do relatório técnico às fls. 7071-7072, em relação aos INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO ESTADO DA PARAÍBA (itens 2.1.1 a 2.4), priorizando, assim, a implementação de políticas públicas essenciais à qualidade de vida da população, no caso, (i) trabalho e renda, (ii) educação e (iii) gestão de resíduos sólidos.
- g.2) Promova o saneamento definitivo das irregularidades atinentes à Renúncia de Receita, abstendo-se de incorrer nas falhas reiteradamente apontadas por esta Corte (dentre elas a insuficiência de detalhamento da estimativa e a ausência de medidas de compensação), e, sobretudo, atente-se integralmente para as conclusões e as medidas sugeridas no Relatório de Auditoria Operacional (Processo TC nº 16191/21), visando ao indispensável aprimoramento e transparência do Sistema Tributário Estadual.
- g.3) Atenda aos preceitos da norma constitucional e infraconstitucional de finanças públicas, quando da gestão orçamentária (abertura e apresentação de créditos adicionais), devendo zelar pelo fiel cumprimento aos princípios orçamentários da legalidade e da clareza, bem como observar, especialmente na apresentação dos créditos abertos, informações fidedignas no Relatório de Gestão;
- g.4) Abstenha-se de cancelar restos a pagar processados, salvo em situações autorizadas pela legislação aplicável;
- g.5) Adote medidas voltadas ao aprofundamento da análise dos fatores determinantes da expressiva redução verificada no indicador de fluxo escolar do ensino médio estadual, de modo a aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos, direcionando-os às origens estruturais da queda observada, em estrita observância ao art. 10, inc. VI, da Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação);
- g.6) Adote as medidas necessárias ao cumprimento das metas fiscais previstas anualmente na LDO, de modo a prevenir evolução desmedida da dívida pública estadual;
- g.7) Promova as alterações necessárias nas leis especificadas pela Auditoria (e decretos correlatos) que ampliam o pagamento da bolsa de desempenho a inativos e pensionistas – mormente em face do decidido na ADI nº 0002087-13.2015.8.15.0000, cabendo também a CIENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, para conhecimento da matéria e providências de estilo;
- g.8) Empreenda esforços junto à Assembleia Legislativa para a edição de uma norma que defina, de forma clara, o percentual que efetivamente deve ser repassado à UEPB e a sua base de cálculo, com vistas à manutenção da autonomia administrativa, financeira e patrimonial da instituição, nos moldes propostos pela Auditoria;
- g.9) Minimizar a precarização dos vínculos formalizados pelo Ente, respeitando-se o instituto do concurso público como regra para a admissão de pessoal;

h) De forma reiterada, pela necessidade de APRECIAÇÃO do Proc. TC nº 16191/21 (Auditoria Operacional Coordenada em Sistema Tributário) por parte deste Tribunal, dando, assim, andamento às etapas que compõem os autos de uma auditoria operacional, consoante inciso VII do art. 6º da RN TC nº 01/18, diante da relevância da temática ali analisada (Renúncia de Receita etc.);

i) Pela verificação do cumprimento de decisão (do Acórdão APL-TC 00457/24) por parte da Auditoria na PCA de 2025.

Houve a intimação dos interessados para a presente Sessão.  
É o Relatório.



### VOTO DO RELATOR

Considerando as conclusões a que chegou a Auditoria e, **em consonância** com o Parecer Ministerial, exceto quanto à aplicação de multa, sugestão esta que foi acatada pelo Relator após manifestação plenária, voto no sentido de que os Membros desta Egrégia Corte de Contas:

1. **EMITAM E REMETAM** à Augusta Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação da prestação de contas dos Excelentíssimos Governadores do Estado da Paraíba, **Sr. João Azevêdo Lins Filho**, durante os períodos de 01/01/2024 a 24/02/2024, 03/03/2024 a 06/11/2024 e de 19/11/2024 a 31/12/2024, bem como o Exmo. Sr. Vice-Governador **Lucas Ribeiro Novais de Araújo**, durante o período de 25/02/2024 a 02/03/2024 e de 07/11/2024 a 13/11/2024 e o Exmo. Ex-Governador do Estado, **Deputado Adriano César Galdino de Araújo**, no período de 14/11/2024 a 18/11/2024.
2. **DECLAREM** o **ATENDIMENTO PARCIAL** às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (**LC 101/2000**) pelo Governador do Estado da Paraíba, **Sr. João Azevêdo Lins Filho** (01/01/2024 a 24/02/2024, 03/03/2024 a 06/11/2024 e 19/11/2024 a 31/12/2024).
3. **DECLAREM** o **ATENDIMENTO INTEGRAL** às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (**LC 101/2000**) pelo Vice-Governador do Estado da Paraíba, **Sr. Lucas Ribeiro Novais de Araújo** (25/02/2024 a 02/03/2024 e de 07/11/2024 a 13/11/2024) e o ex-Governador do Estado da Paraíba, **Deputado Adriano César Galdino de Araújo** (14/11/2024 a 18/11/2024).
4. **REPRESENTEM** à **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**, para que tome as medidas de sua competência, em face de evidente inconstitucionalidade formal verificada no art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 157/2020;
5. **RECOMENDEM** ao Chefe do Poder Executivo Estadual no sentido de que:
  - 5.1. adote como critério de cálculo do valor mínimo mensal a pagar de precatórios aquele disposto no art. 101 do ADCT, utilizando-se, para cada mês de pagamento, a RCL-base apurada para o segundo mês anterior;
  - 5.2. adote as medidas previstas nos arts. 22 e 23 da LRF, com vistas à eliminação do excesso de despesa com pessoal do Poder Executivo verificado no exercício de 2024, sob pena de avaliação mais gravosa de contas futuras em que o descumprimento do índice persista, além da aplicação de multa prevista no art. 5º, inc. IV, e seu § 1º, da Lei 10.028/2000;
  - 5.3. cumpra o prazo por ele mesmo estabelecido (até o exercício de 2025) e, na elaboração das futuras prestações de contas, observe rigorosamente a estrutura e a classificação do Balanço Financeiro e das demais demonstrações contábeis, em plena conformidade com os ditames atuais do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), promovendo o correto detalhamento e segregação das informações contábeis.
  - 5.4. esteja atento às recomendações/observações traçadas pelo Órgão Auditor no tópico 15.2 do relatório técnico às fls. 7071-7072, em relação aos **INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO ESTADO DA PARAÍBA** (itens 2.1.1 a 2.4), priorizando, assim, a implementação de políticas públicas essenciais à qualidade de vida da população, no caso, (i) trabalho e renda, (ii) educação e (iii) gestão de resíduos sólidos.





- 5.5. promova o saneamento definitivo das irregularidades atinentes à Renúncia de Receita, abstendo-se de incorrer nas falhas reiteradamente apontadas por esta Corte (dentre elas a insuficiência de detalhamento da estimativa e a ausência de medidas de compensação), e, sobretudo, atente-se integralmente para as conclusões e as medidas sugeridas no Relatório de Auditoria Operacional (Processo TC nº 16191/21), visando ao indispensável aprimoramento e transparência do Sistema Tributário Estadual.
  - 5.6. atenda aos preceitos da norma constitucional e infraconstitucional de finanças públicas, quando da gestão orçamentária (abertura e apresentação de créditos adicionais), devendo zelar pelo fiel cumprimento aos princípios orçamentários da legalidade e da clareza, bem como observar, especialmente na apresentação dos créditos abertos, informações fidedignas no Relatório de Gestão;
  - 5.7. abstenha-se de cancelar restos a pagar processados, salvo em situações autorizadas pela legislação aplicável;
  - 5.8. adote medidas voltadas ao aprofundamento da análise dos fatores determinantes da expressiva redução verificada no indicador de fluxo escolar do ensino médio estadual, de modo a aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos, direcionando-os às origens estruturais da queda observada, em estrita observância ao art. 10, inc. VI, da Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação);
  - 5.9. adote as medidas necessárias ao cumprimento das metas fiscais previstas anualmente na LDO, de modo a prevenir evolução desmedida da dívida pública estadual;
  - 5.10. promova as alterações necessárias nas leis especificadas pela Auditoria (e decretos correlatos) que ampliam o pagamento da bolsa de desempenho a inativos e pensionistas – mormente em face do decidido na ADI nº 0002087-13.2015.8.15.0000, cabendo também a CIENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, para conhecimento da matéria e providências de estilo;
  - 5.11. empreenda esforços junto à Assembleia Legislativa para a edição de uma norma que defina, de forma clara, o percentual que efetivamente deve ser repassado à UEPB e a sua base de cálculo, com vistas à manutenção da autonomia administrativa, financeira e patrimonial da instituição, nos moldes propostos pela Auditoria;
  - 5.12. minimize a precarização dos vínculos formalizados pelo Ente, respeitando-se o instituto do concurso público como regra para a admissão de pessoal;
6. **RECOMENDEM ao Chefe do Poder Executivo Estadual, Sr. João Azevêdo Lins Filho, a fim de que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Educação e da Controladoria Geral do Estado, busquem aprimorar os instrumentos de planejamento orçamentário, de transparência e de controle de resultados em busca do pleno cumprimento das metas do programa Paraíba Primeira Infância, quanto aos convênios celebrados com Municípios paraibanos para construção de creches.**

É o Voto.



Proc. TC nº 02.173/25

34/36

Objeto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

Ente: **GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**

Exercício: **2024**

Autoridades responsáveis:

**Exmo. Sr. JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO** (01/01/2024 a 24/02/2024, 03/03/2024 a 06/11/2024 e 19/11/2024 a 31/12/2024)

**Exmo. Sr. LUCAS RIBEIRO NOVAIS DE ARAÚJO** (25/02/2024 a 02/03/2024 e de 07/11/2024 a 13/11/2024)

**Exmo. Sr. ADRIANO CÉZAR GALDINO DE ARAÚJO** (14/11/2024 a 18/11/2024)

Patronos/Procuradores habilitados:

**Procurador Geral do Estado, Sr. FÁBIO BRITO FERREIRA**

**Ex-Procurador Geral do Estado, Sr. FÁBIO ANDRADE MEDEIROS**

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – EXERCÍCIO 2024 – SOB A RESPONSABILIDADE DOS EX-GOVERNADORES, Sr. JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO, Sr. LUCAS RIBEIRO NOVAIS DE ARAÚJO e Sr. ADRIANO CÉZAR GALDINO DE ARAÚJO – ATENDIMENTO PARCIAL ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – REPRESENTAÇÃO – RECOMENDAÇÕES.**

## ACÓRDÃO APL TC 0535/2025

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC n.º 02.173/25**, referente à Prestação de Contas Anual dos Ex-Governadores do Estado da Paraíba, **Sr. JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO** (01/01/2024 a 24/02/2024, 03/03/2024 a 06/11/2024 e 19/11/2024 a 31/12/2024), **Sr. LUCAS RIBEIRO NOVAIS DE ARAÚJO** (25/02/2024 a 02/03/2024 e de 07/11/2024 a 13/11/2024), **Exmo. Sr. ADRIANO CÉZAR GALDINO DE ARAÚJO** (14/11/2024 a 18/11/2024), **ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, à unanimidade, declarando-se impedida a Conselheira **Allana Camilla Santos Galdino Vieira**, na sessão extraordinária realizada nesta data, na conformidade do Relatório e do Voto do Relator, bem como do Parecer Ministerial, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

1. **DECLARAR o ATENDIMENTO PARCIAL às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) pelo Governador do Estado da Paraíba, Sr. João Azevêdo Lins Filho** (01/01/2024 a 24/02/2024, 03/03/2024 a 06/11/2024 e 19/11/2024 a 31/12/2024).
2. **DECLARAR o ATENDIMENTO INTEGRAL às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) pelo Vice-Governador do Estado da Paraíba, Sr. Lucas Ribeiro Novais de Araújo** (25/02/2024 a 02/03/2024 e de 07/11/2024 a 13/11/2024) e o ex-Governador do Estado da Paraíba, **Deputado Adriano César Galdino de Araújo** (14/11/2024 a 18/11/2024).
3. **REPRESENTAR à PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, para que tome as medidas de sua competência, em face de evidente inconstitucionalidade formal verificada no art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 157/2020;**
4. **RECOMENDAR ao atual Chefe do Poder Executivo Estadual no sentido de que:**
  - 4.1. **adote como critério de cálculo do valor mínimo mensal a pagar de precatórios aquele disposto no art. 101 do ADCT, utilizando-se, para cada mês de pagamento, a RCL-base apurada para o segundo mês anterior.**



Proc. TC nº 02.173/25

35/36

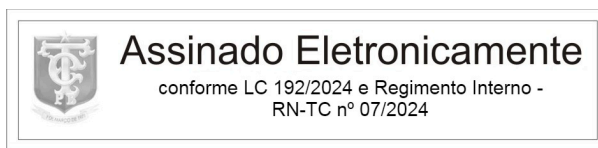
- 4.2. *adote as medidas previstas nos arts. 22 e 23 da LRF, com vistas à eliminação do excesso de despesa com pessoal do Poder Executivo verificado no exercício de 2024, sob pena de avaliação mais gravosa de contas futuras em que o descumprimento do índice persista, além da aplicação de multa prevista no art. 5º, inc. IV, e seu § 1º, da Lei 10.028/2000.*
- 4.3. *cumpra o prazo por ele mesmo estabelecido (até o exercício de 2025) e, na elaboração das futuras prestações de contas, observe rigorosamente a estrutura e a classificação do Balanço Financeiro e das demais demonstrações contábeis, em plena conformidade com os ditames atuais do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), promovendo o correto detalhamento e segregação das informações contábeis.*
- 4.4. *esteja atento às recomendações/observações traçadas pelo Órgão Auditor no tópico 15.2 do relatório técnico às fls. 7071-7072, em relação aos INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO ESTADO DA PARAÍBA (itens 2.1.1 a 2.4), priorizando, assim, a implementação de políticas públicas essenciais à qualidade de vida da população, no caso, (i) trabalho e renda, (ii) educação e (iii) gestão de resíduos sólidos.*
- 4.5. *promova o saneamento definitivo das irregularidades atinentes à Renúncia de Receita, abstendo-se de incorrer nas falhas reiteradamente apontadas por esta Corte (dentre elas a insuficiência de detalhamento da estimativa e a ausência de medidas de compensação), e, sobretudo, atente-se integralmente para as conclusões e as medidas sugeridas no Relatório de Auditoria Operacional (Processo TC nº 16191/21), visando ao indispensável aprimoramento e transparência do Sistema Tributário Estadual.*
- 4.6. *atenda aos preceitos da norma constitucional e infraconstitucional de finanças públicas, quando da gestão orçamentária (abertura e apresentação de créditos adicionais), devendo zelar pelo fiel cumprimento aos princípios orçamentários da legalidade e da clareza, bem como observar, especialmente na apresentação dos créditos abertos, informações fidedignas no Relatório de Gestão;*
- 4.7. *abstenha-se de cancelar restos a pagar processados, salvo em situações autorizadas pela legislação aplicável;*
- 4.8. *adote medidas voltadas ao aprofundamento da análise dos fatores determinantes da expressiva redução verificada no indicador de fluxo escolar do ensino médio estadual, de modo a aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos, direcionando-os às origens estruturais da queda observada, em estrita observância ao art. 10, inc. VI, da Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação);*
- 4.9. *adote as medidas necessárias ao cumprimento das metas fiscais previstas anualmente na LDO, de modo a prevenir evolução desmedida da dívida pública estadual;*
- 4.10. *promova as alterações necessárias nas leis especificadas pela Auditoria (e decretos correlatos) que ampliam o pagamento da bolsa de desempenho a inativos e pensionistas – mormente em face do decidido na ADI nº 0002087-13.2015.8.15.0000, cabendo também a CIENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, para conhecimento da matéria e providências de estilo;*



- 4.11. empreenda esforços junto à Assembleia Legislativa para a edição de uma norma que defina, de forma clara, o percentual que efetivamente deve ser repassado à UEPB e a sua base de cálculo, com vistas à manutenção da autonomia administrativa, financeira e patrimonial da instituição, nos moldes propostos pela Auditoria;*
- 4.12. minimize a precarização dos vínculos formalizados pelo Ente, respeitando-se o instituto do concurso público como regra para a admissão de pessoal;*
- 5. RECOMENDAR ao Chefe do Poder Executivo Estadual, Sr. João Azevêdo Lins Filho, a fim de que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Educação e da Controladoria Geral do Estado, busquem aprimorar os instrumentos de planejamento orçamentário, de transparência e de controle de resultados em busca do pleno cumprimento das metas do programa Paraíba Primeira Infância, quanto aos convênios celebrados com Municípios paraibanos para construção de creches.**

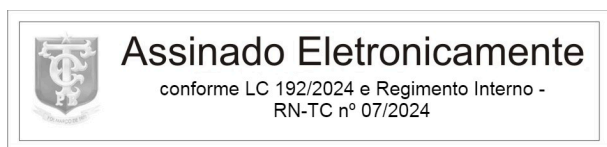
Publique-se, registre-se e cumpra-se.  
TC- Plenário Ministro João Agripino Filho  
João Pessoa, 11 de dezembro de 2025.

Assinado 15 de Dezembro de 2025 às 11:03



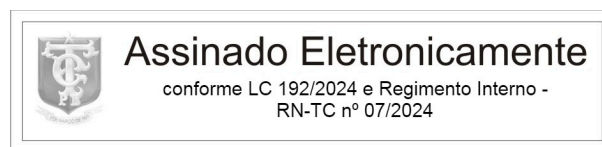
**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
PRESIDENTE

Assinado 15 de Dezembro de 2025 às 10:48



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 16 de Dezembro de 2025 às 09:03



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
PROCURADORA GERAL